

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA TRACZ PEREIRA

**O PERFIL POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO PROFESSOR E A QUALIDADE DE SUA
RELAÇÃO COM O ALUNO**

**CURITIBA
2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA TRACZ PEREIRA

**O PERFIL POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO PROFESSOR E A QUALIDADE DE SUA
RELAÇÃO COM O ALUNO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico: A Relação entre Escola Pública e Educação Popular, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Profa. Maria Célia Barbosa Aires.

**CURITIBA
2011**

Dedico esta monografia ao meu Deus, sinto a Sua presença e a Sua mão sobre mim, me abençoando, dando força, ânimo e coragem para seguir a caminhada. Dedico ao Senhor essa minha conquista, porque sei que se não fosse pela Sua graça eu não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, que com a Sua graça, misericórdia e amor divino me sustentou durante toda esta caminhada.

Aos familiares, que suportaram a minha ausência em vários momentos durante esta jornada acadêmica e que com amor torceram fielmente pela tão almejada conquista.

Ao meu noivo João Paulo, que renunciou alguns momentos especiais, de estarmos juntos e auxiliou para que pudesse concluir esta pesquisa.

À professora Maria Célia Barbosa Aires, que com dedicação e empenho me orientou de forma muito significativa para o meu crescimento e conhecimento intelectual. Sempre tendo disponibilidade e paciência nos momentos que mais precisei. À mestra e orientadora, o meu muito obrigada.

E por fim, aos professores da instituição pesquisada, que gentilmente se prontificaram para responder ao questionário, contribuindo de maneira fundamental para a construção desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa realizada na tarefa de conclusão do curso de Especialização de Organização do Trabalho Pedagógico: A Relação entre Escola Pública e Educação Popular. Propôs-se a analisar o perfil político-pedagógico do professor e a qualidade de sua relação com o aluno. Defende que o melhor perfil de um professor, objetivando a qualidade da relação professor-aluno, e a aprendizagem significativa, é o profissional que se identifica com a profissão, compreende a especificidade da escola, participa ativamente das ações pedagógicas do âmbito escolar, busca ter bom relacionamento com seus alunos e tem compromisso e envolvimento com o processo de ensino-aprendizagem. O objeto de estudo foi delimitado a partir da inquietação e dificuldades encontradas na prática pedagógica pela pesquisadora e colegas de trabalho. A pesquisa de caráter exploratório mostrou que há uma grande necessidade por parte dos professores, de se comprometerem no sentido de implementar convicções pedagógicas que, muitas vezes não se efetivam na prática cotidiana da sala de aula de alguns dos docentes, por diversos motivos, ou ocorrem de maneira insuficiente, o que, certamente, acaba por comprometer o êxito escolar dos alunos, presentes na escola pública. Assim, a questão central da pesquisa consistiu em verificar o posicionamento e traços do perfil que os professores se atribuem como educadores na escola e, considerando as respostas que os mesmos situaram em categorias de 0 a 10, analisar os seguintes aspectos: a qualidade da formação acadêmica; importância da formação continuada; qualidade da relação com os alunos; compromisso como profissional da educação; identificação com a profissão; relação com os demais professores da escola; compreensão da especificidade do papel ou função social da escola; inserção na dinâmica da organização da escola; nível de participação na formulação do Projeto Político-Pedagógico da escola; qualidade do aproveitamento das permanências para planejamento de aulas; nível de envolvimento emocional com os alunos; nível de autoridade em sala de aula; e o grau de importância atribuído à qualidade da relação professor-aluno para o processo de ensino-aprendizagem e ao envolvimento com o êxito do processo de ensino-aprendizagem. A metodologia do estudo caracterizou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, envolvendo o estudo teórico e o conhecimento da realidade, por meio das técnicas de análise documental (foi analisado o Projeto Político-Pedagógico da escola) e do questionário (realizada a pesquisa com os professores). A pesquisa enfatizou, a partir do perfil político-pedagógico, a busca em saber e compreender o nível de participação e envolvimento dos professores com a escola, a busca por uma boa relação com seus alunos e conseqüentemente, o envolvimento com a qualidade do processo de ensino-aprendizagem que interessa às classes populares.

Palavras-chave: Escola Pública, Participação, Organização do trabalho pedagógico, Perfil do professor, Qualidade na relação professor-aluno.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Tempo de atuação como professor da rede pública.....	39
GRÁFICO 2 – Formação acadêmica.....	40
GRÁFICO 3 - Qualidade da formação acadêmica em relação ao exercício profissional.....	41
GRÁFICO 4 - Importância da formação continuada para o aprimoramento da ação docente.....	41
GRÁFICO 5 - Nível de compromisso político-pedagógico como profissional da educação.....	42
GRÁFICO 6 - Identificação com a profissão, ou seja, com a área educacional.....	43
GRÁFICO 07 - Qualidade da relação com os demais professores da escola.....	43
GRÁFICO 08 - Compreensão da especificidade do papel ou função social da educação escolar.....	44
GRÁFICO 09 - Inserção do professor na dinâmica da organização da escola.....	45
GRÁFICO 10 - Nível de participação na elaboração e na implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola.....	45
GRÁFICO 11 - Qualidade do aproveitamento do horário de permanências para o aprimoramento da ação docente.....	46
GRÁFICO 12 - Qualidade da relação professor-aluno em sala de aula.....	47
GRÁFICO 13 - Nível de envolvimento ou compromisso com o êxito escolar dos alunos.....	47
GRÁFICO 14 - Nível da autoridade em sala de aula.....	48
GRÁFICO 15 - Grau de importância que atribui à relação professor-aluno para o êxito do processo de ensino-aprendizagem.....	49

GRÁFICO 16 - Grau de importância que atribui ao trabalho coletivo no âmbito escolar.....50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1 ESPECIFICIDADE DA ESCOLA	10
2.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA	13
2.3 QUALIDADE DA RELAÇÃO PROFESSOR ALUNO	21
2.4 PARTICIPAÇÃO	23
3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO	33
3.1 OPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	35
3.2. O AMBIENTE ESCOLAR PESQUISADO.....	36
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
ANEXOS	58
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

A atuação do professor em sala de aula e os resultados obtidos pelo seu trabalho, têm sido muito discutidos por professores, pais e alunos. Estudos e pesquisas a respeito destes assuntos aumentaram significativamente nos últimos anos, buscando teoricamente embasar e sustentar tais discussões e buscar soluções para as dificuldades enfrentadas pelo professor em sala de aula.

Como professora das séries iniciais do Ciclo II, da rede pública da prefeitura de Curitiba, a pesquisadora diariamente é confrontada com questões que permeiam a sua prática pedagógica: indisciplina, carência de atenção por parte dos alunos, falta de material, ausência paterna e materna e da base estrutural de uma família, que compareça à escola, acompanhe a aprendizagem e incentive os alunos para estudar e se dedicar aos estudos.

Diante desse quadro real e na impossibilidade de criar uma situação ideal, diferente da observada, muitas vezes o cotidiano é marcado pela inquietação e insatisfação quanto à qualidade das relações que a professora e suas colegas tem vivido em sala de aula com seus alunos e, por outro lado, nesse cotidiano, o desgaste da vivência constante de cobranças e pressões por melhores resultados no processo ensino-aprendizagem. Assim é que, no âmbito deste trabalho se desenvolve uma pesquisa envolvendo professores e alunos na discussão desta problemática.

O objetivo principal é delinear o perfil político-pedagógico de professores da escola pública, em termos de seu posicionamento em relação a questões como: qualidade da sua formação acadêmica, identificação com a área educacional, compreensão da especificidade do papel ou função social da educação escolar, inserção na dinâmica da organização da escola, participação na elaboração e na implementação do Projeto-Político-Pedagógico, compromisso com o êxito escolar de seus alunos, qualidade da relação professor-aluno em sala de aula, importância atribuída à relação professor-aluno para o êxito do processo de ensino-aprendizagem e ao trabalho coletivo no âmbito escolar.

O presente trabalho busca relacionar esse perfil com a questão da qualidade da relação professor-aluno e com a seguinte questão norteadora da investigação: Qual é o peso da qualidade da relação professor-aluno no êxito do processo ensino-aprendizagem?

Considera-se que;

“É o modo de agir do professor em sala de aula, mais que suas características de personalidade, que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos. O modo de agir do professor em sala de aula fundamenta-se numa determinada concepção do papel do professor.”
(ABREU, 1990, p. 115)

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ESPECIFICIDADE DA ESCOLA

A educação é um processo presente em toda a vida do ser humano, e para entender como ela ocorre é necessário entender a natureza humana.

Os seres vivos possuem muitas semelhanças entre si, porém, o que diferencia o homem dos demais seres é que ele transforma a natureza para atender às suas necessidades e garantir a sua própria existência, enquanto os animais se adaptam à natureza. Segundo Saviani (1991, p.19) “o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois uma ação intencional”. Mas que tipo de trabalho? É o trabalho planejado antecipadamente, que idealiza, projeta e explicita objetivos claros do que pretende produzir ou atingir. Logo, a educação é um processo de trabalho realizado pelo homem.

Saviani (1991) ao refletir sobre a natureza da educação dividiu o trabalho em trabalho material e trabalho não-material, sendo que o primeiro compreende a produção de bens materiais em série e de forma cada vez mais aperfeiçoada e complexa, por exemplo, a produção de canetas, de vidros, de carros, etc. Insere-se neste contexto a produção capitalista, a busca pela produção em série para ampliar a reprodução do capital, embora a produção única, como a artesanal ou a artística, também possa se constituir em trabalho material.

A segunda forma, conceituada como trabalho não-material, pode ser compreendido:

[...] como a produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades . Compreendida como um trabalho não-material que se divide em duas modalidades: a primeira corresponde, por exemplo, à produção de livros, CDs, quadros, sites, objetos artísticos, etc; a segunda, diz respeito à aula propriamente dita, a qual corresponde a uma atividade em que o produto não se separa do ato de produção. (SAVIANI, In: BARTNIK, 2006, p.32).

Ou seja, o ato de ensinar pressupõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e do aluno. O professor produz, planeja, organiza e conduz a aula e concomitantemente o aluno acompanha com o seu pensamento o raciocínio do professor, reelabora seus conceitos, resultando assim, em uma relação inseparável. Assim pode-se compreender que:

[...] o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 1991, p. 21).

Com base nestes fundamentos pode-se afirmar que o objeto da educação relaciona-se, primeiramente com os conteúdos que os homens precisam assimilar para se desenvolver e se inserir no meio social. Neste caso, na educação escolar é fundamental que sejam valorizados os saberes clássicos, como algo indispensável, pois significa que se firmaram diante de outros saberes. Em segundo lugar, o objeto da educação tem a ver com o encaminhamento metodológico que é dado ao conteúdo, isto é, os métodos e os procedimentos a serem utilizados.

Segundo Saviani (1991, p. 22 e 23) “a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado”. Este conceito refere-se à produção de um saber, previamente selecionado, planejado pelo professor e apreendido pelos alunos de forma sistematizada, baseado em uma cultura produzida historicamente, reconhecida socialmente, possibilitando assim um conhecimento construído de forma coletiva e reflexiva entre docentes e discentes.

Isso leva a entender que a escola está relacionada à ciência como conhecimento e saber sistematizado, esta última era vista pelos gregos, como *doxa*, *sofia* e *episteme*. A primeira trata da opinião própria de um indivíduo, a segunda palavra representa a sabedoria adquirida nas experiências de vida e a terceira à ciência, vista como algo metódico e sistematizado. Assim, a aquisição de um conhecimento exige o conhecimento de outros estudos e áreas. É responsabilidade da escola sistematizar os saberes e organizar os conteúdos de forma dosada e seqüenciada, criando condições para que os alunos construam seus saberes.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n° 9.394/96 se refere no Artigo 4º inciso IX, há “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.” (Brasil, 2006, p. 32). Em outras palavras, a qualidade de ensino, dentre muitos aspectos do contexto escolar, se refere também a bons resultados no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem dos alunos. Mas, para se obter o êxito esperado, se faz necessário que os órgãos competentes, atuem com responsabilidade junto às

escolas, atendendo-as de acordo com a sua demanda. A organização do trabalho pedagógico da escola e o financiamento público se articulam na busca de uma escola democrática, que se compromete necessariamente com a garantia, de ingresso à escola e êxito no processo de ensino-aprendizagem. Tal acesso e a permanência com êxito, serão assim, de responsabilidade da organização do trabalho pedagógico da escola e do financiamento público, pois condicionará os alunos a permanecerem recebendo atendimento pedagógico, didático e alimentício, buscando a qualidade de ensino no conjunto destas ações. A organização do trabalho pedagógico na escola precisa contribuir para que esses elementos (acesso, permanência e qualidade de ensino) se constituam na escola e sejam permanentemente avaliados, envolvendo de forma integrada o aluno, o professor e o conhecimento, a fim de que ocorra a realização desta grande meta da educação escolar. Portanto, é preciso que:

- 1 Sejam garantidas às escolas as condições institucionais e materiais necessários para o seu funcionamento.
- 2 Seja propiciada ao professor a qualificação profissional que possibilita distinguir e trabalhar pedagogicamente as diferentes formas de aprender que os alunos apresentam em uma mesma sala de aula.
- 3 Seja garantida a todos os alunos a formação intelectual, ética e cultural que se dá por meio do conhecimento. (LISITA, 2003, p.207)

A ação educativa por sua especificidade (a lida com a construção de ideias, conceitos, valores, habilidades, hábitos e atitudes) requer clima institucional propício e condições infraestruturais adequadas à realização de suas finalidades; exige principalmente, formação continuada dos professores para que ao planejar, organizar e fazer acontecer o processo de ensino aprendizagem considerem a realidade: expectativas e interesses dos alunos e as demandas do mundo do trabalho que a cada dia se renovam na sociedade contemporânea.

Reside aí a importância da organização do trabalho pedagógico escolar entendido como os mecanismos que regem a organização interna da escola, como a “mediação do trabalho docente e a prática social global, no conjunto das mediações que compõem a totalidade das práticas sociais” Pimenta (1986, p.31). O eixo central do trabalho pedagógico é a socialização dos conhecimentos sistematizados para as novas gerações; articulando a realidade social presente a fim de possibilitar aos estudantes ascenderem ao nível de elaboração do saber. É pelo trabalho pedagógico intencional e sistemático organizado pelo professor, que se dá o

encontro entre o aluno e os conteúdos das diferentes áreas do saber e a produção de novos conhecimentos.

Para isso, o andamento da ação educativa nas instituições formais de ensino deve pautar-se nos pressupostos abaixo:

1. a escola deve transmitir a todas as crianças os saberes que são investidos na vida cotidiana – não só os saberes fundamentais (leitura, escrita e bases matemáticas), mas também os saberes tecnológicos, econômicos e jurídicos (fundamentos do mundo social adulto). Este ensino deve ser diretamente articulado com a experiência social da criança; 2. a escola deve esforçar-se por dar a todas as crianças uma formação científica e tecnológica ligada à luta contra as fontes da desigualdade social; 3. a escola deve proceder a transmissão sistemática do saber não como um corpo de conhecimentos voltado para si mesmo, mas utilizará o saber como necessário para melhor compreensão dos problemas sociais; 4. a escola deve conceber a cultura humana como formação da personalidade social e não como assimilação pelos indivíduos de conteúdos culturais que tem um valor em si. (CHARLOT, In: PIMENTA, 1986, p. 31)

Os pressupostos citados acima, são elementos a serem garantidos aos alunos, assim proporcionará maior visão do mundo, formação intelectual, social e cultural. Tais pressupostos são estendidos à organização do trabalho pedagógico na educação básica, cujo trabalho com o conhecimento deve incorporar, além dos saberes específicos das diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular, as linguagens econômicas, jurídicas e tecnológicas e ainda os conteúdos que garantam a formação humana ética.

2.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

O professor tem a função de mediador entre o aluno, o mundo do trabalho e a sociedade, possibilitando ao educando compreender e transformar os saberes adquiridos, de maneira que a sua prática docente seja um exercício constante de criar e de recriar estratégias e metodologias de ensino que favoreçam a aprendizagem. Vasconcellos (2000), ao refletir o trabalho com o conhecimento defende que ele seja planejado e dirigido pelo professor, ao qual cabe a tarefa pedagógica de mobilizar o aluno, suscitar a dúvida, proporcionar um nível de relações mais amplas e complexas e instigá-lo a construir, por sua ação, novas sínteses. Cabe ao professor organizar o processo de aprendizagem de forma que os alunos se apropriem do saber historicamente acumulado, reelaborem esse saber e

apreendam o conteúdo. Para Pimenta e Anastasiou (2002, p. 209) o apreender vai resultar em nova aprendizagem que:

[...] exige compreensão do conteúdo pelo aluno. Compreender, por sua vez, significa “apreender em conjunto”. Isso exige a descoberta ou construção de uma rede de relações, de um sistema, em que cada novo conhecimento é inserido pelos alunos, ampliando ou modificando o sistema inicial, a fim de, a cada contato, alcançar melhor apreensão.

A ação docente nesta perspectiva objetiva: que a cada dia o aluno adquira mais segurança para construir novos conceitos, desenvolver novas ideias, habilidades e atitudes, criando novos símbolos e novas argumentações, incorporando novos valores, assumindo novas posturas, analisando diferentes dados e redigindo conclusões, enfim, a cada dia aumente a sua capacidade para elaborar sínteses, cada vez mais amplas e complexas.

A organização do trabalho escolar exige uma prática social coletiva, principalmente, o trabalho coletivo dos professores, já que cada docente possui uma formação e uma especificidade. Quanto a esta ideia, Pimenta (1986, p. 33) afirma que “o trabalho docente é o núcleo primordial da educação escolar. Dessa forma, a organização escolar que se deseja é aquela que melhor favoreça o trabalho docente”. Para que haja a organização de um trabalho coletivo, é imprescindível, segundo a autora, que os profissionais da educação repensem e construam novos encaminhamentos sobre:

- a organização dos conteúdos que serão ensinados, visando a prática-social;
- a revisão do currículo, tendo em vista a política da educação formal como prática social, estabelecendo critérios para distinguir entre o que é necessário e o que é possível no momento histórico;
- as relações de poder, hierarquia, autoritarismo e burocracia que ocorrem nas escolas;
- a organização dos horários e dias letivos, espaços e tempos adequados para os alunos, aumentando as possibilidades de estudo e distribuição das aulas aos professores nas turmas, etc;
- a valorização do trabalho docente, buscando melhor aperfeiçoamento e democratização do ensino.

A organização da escola nesta perspectiva exige um novo entendimento das funções, até então exercidas pelo orientador educacional e a supervisão de ensino.

A função destes profissionais em uma visão crítica se identifica como a de um intelectual orgânico. Este termo é compreendido por Gramsci, citado in Nosella (1992): quando aponta que há dois tipos intelectuais: o tradicional e o orgânico. Estas são consideradas maneiras de se construir e constituir a política: o intelectual tradicional mostra seu comprometimento com a política vigente, na medida em que usa métodos científicos para preservar os interesses econômico-sociais e políticos da classe que detém o poder: Gramsci (1989, p. 08) defende a função do “*intelectual orgânico*”, entendido como quem exerce na escola e na sociedade a função de organizar a cultura. Nesta concepção o pedagogo deverá organizar o trabalho pedagógico, integrado com outros profissionais da educação na escola, ou fora dela, ajudando a construir novas camadas de intelectuais comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A partir desta discussão, Vasconcellos (2002) considera intelectual orgânico como aquele que compreende a realidade em que está inserido e localiza as necessidades do grupo, procurando uma manifestação coletiva, auxiliando na tomada de consciência e na procura de formas de superação de tais problemas. Assim, de acordo com o autor (p.70), “o intelectual orgânico é aquele que tem um projeto assumido conscientemente e, pautado nele, é capaz de despertar, de mobilizar as pessoas para a mudança e fazer junto o percurso”.

Logo, o pedagogo tem a função de organizar o trabalho escolar, de forma a superar o trabalho individual de cada professor, tendo extensão coletiva, bem como ultrapassar a sala de aula e o projeto de cada professor, buscando “um projeto maior”, ou seja, o Projeto Político-Pedagógico, introduzindo além do didático-pedagógico, uma visão de educação, de homem e de sociedade, visando mudanças na instituição, a partir da reflexão crítica sobre a prática.

Para tanto é fundamental que haja profissionais qualificados, que articulem o processo de tomada de decisões de forma consciente, analisem a realidade em que estão inseridos, compreendam o significado de formar cidadãos, considerados como aqueles que participam das decisões de forma ativa, lutem por suas opções pessoais e sociais.

Nesta concepção supera-se a visão dos então especialistas da educação, em que, por exemplo: o orientador educacional focava sua ação no atendimento individual a alunos com problemas emocionais e/ou familiares, para investir em uma ação mais ampla e coletiva de resgate da identidade dos alunos e dos professores, conseqüentemente comprometendo-se com uma escola democrática e de qualidade social.

Supera-se também a supervisão escolar, cuja ação teve maior ênfase no Brasil, no momento histórico marcado pela ditadura militar: a supervisão escolar era definida e vivenciada como uma ação controladora e tecnicista. Quando adotada nas escolas, contribuía com a ideia de divisão social do trabalho, que consistia em ter profissionais que pensassem e tomassem as decisões e outros que apenas executassem as tarefas definidas pelos primeiros. Nesta visão de trabalho, a ação do professor ficava limitada e o mesmo passava a ter entre o saber e o trabalho, um técnico que interferia nas ações pedagógicas.

Na tentativa de superar esta visão, Vasconcellos (2002) apresenta elementos para atuação do pedagogo como coordenador das ações educativas, principalmente como articulador do Projeto Político-Pedagógico, juntamente com professores e demais funcionários da escola, criando meios e estratégias para efetuar de maneira concreta e planejada a ação educativa. A coordenação terá como foco lidar com os processos de ensino-aprendizagem, combatendo “a reprodução da ideologia dominante, o autoritarismo, o conhecimento desvinculado da realidade, a evasão, a lógica classificatória e excludente (repetência a aprovação sem a apropriação do saber), a discriminação social na e através da escola”. (VASCONCELLOS, 2002, p.87)

Desta maneira contribui na elaboração, construção, efetivação do Projeto Político-Pedagógico por meio da atuação individual e coletiva com os professores, articulando modos de articular toda a equipe pedagógica em parceria com os demais pedagogos e direção. Para tanto, é necessário que a coordenação pedagógica esteja estruturada, segundo Vasconcellos, com base nas três dimensões da formação humana:

- a atitudinal, que envolverá valores humanos e sentimentos, correspondendo às ações deste profissional diante dos atos pedagógicos dos professores, considerando que todo o ser humano pode aprender e que se deve dar chance para os mesmos aprenderem; instigando os

professores a pensarem com a coordenação, analisando as situações do cotidiano, considerando e verificando a parte e o todo do que está sendo discutido; considerar os fatos históricos, como algo que nos ajuda a compreender a realidade, podendo assim contribuir para o “progresso” da educação; o pedagogo deve apresentar sensibilidade diante das ações dos docentes, reconhecer, elogiar, fazer críticas construtivas, cativar, ajudar, adquirindo conseqüentemente confiança dos mesmos, fortalecendo assim, a equipe pedagógica.

- A dimensão procedimental, representada pelo ato do saber-fazer, é ter diante da prática uma teoria fundamentada, que busca a pesquisa, a exploração de materiais e a construção de conhecimento. Esta dimensão aparece na construção do Projeto Político-Pedagógico quando a coordenação pedagógica, estabelece coletivamente os objetivos traçados com intencionalidade e formula o plano de ação, tendo a prática avaliada e análises a respeito das metodologias de ensino. A relação professor e aluno subentende a relação de continuidade-ruptura, na qual o professor ajuda o aluno fazendo críticas, mostrando que pode fazer e melhorar, intervindo com respeito pelo trabalho deste, mas sempre desafiando ir além do que já sabe. O diálogo é outro ponto muito importante, pois através dele a coordenação poderá se aproximar dos educadores e construir alternativas de orientação e de direcionamento para o trabalho.
- Uma terceira dimensão é a conceitual. Esta tem a ver com os conceitos, os valores, as ações, as idéias e as visões da educação. Sua finalidade consiste em orientar o coordenador, discernir as opiniões diferentes para construir novos conhecimentos, individuais e coletivamente, pautados na confiança e respeito pelo trabalho do outro.

Vasconcellos (2002) também considera a importância da ética na convivência com seus pares, transparência na prática educativa e visão de processo, priorizando formas mais participativas, articulando ações com a atuação de todos os funcionários e equipe pedagógica.

O mesmo autor afirma a importância de se ter bem definido o papel do coordenador pedagógico, indicando algumas funções que podem ser estendidas na atuação do pedagogo: buscar estratégias para a interação com os professores; estar

informado do movimento pedagógico que ocorre na escola; estabelecer estratégias para mobilizar os professores desanimados e dar cada vez mais subsídios aos docentes que estão buscando o novo.

O pedagogo pode exercer também a função de diretor da escola. Segundo Saviani, (1987) o diretor é o responsável máximo da instituição educativa, tendo como finalidade garantir o bom funcionamento da escola, a qual terá mais êxito se o diretor souber administrar as questões burocráticas e econômicas, políticas e sociais em favor da ação pedagógica da escola. Para tanto o diretor deve ser um educador, o que o ajudará a encaminhar as ações na perspectiva pedagógica, respeitando o trabalho de todos e paralelamente discutindo coletivamente as ações a serem executadas na escola.

O pedagogo por meio do assessoramento auxilia o professor no que se refere ao trabalho com os conteúdos, na construção de metodologias, nos processos avaliativos, na construção da identidade profissional e também na própria vida. Quanto aos alunos, a sua ação consiste em ajudá-los a exercer o papel de sujeitos, sendo vistos e ouvidos por todos da comunidade escolar; auxiliando-os a preservar o direito de participação, de voz ativa na escola, não só dentro de sala de aula, mas também na discussão e construção do Projeto Político-Pedagógico e das normas da escola, nos Conselhos de Classe, entre outros.

Nesta concepção Vasconcellos (2002) destacou algumas ações a serem desenvolvidas pelo pedagogo na escola: organizar a orientação vocacional e profissional dos alunos ampliando a compreensão do mundo do trabalho; defender a igualdade, não discriminando os alunos, não os rotulando; assumir uma postura dialética de ternura e rigor, porque ao mesmo tempo em que deve deter a autoridade, deve também respeitar e conquistar o respeito; fortalecer o vínculo entre professor e aluno em sala de aula pela aquisição significativa do conhecimento; construir alternativas metodológicas que possibilitem o trabalho coletivo, organizar reuniões pedagógicas semanais envolvendo os docentes, a direção, a equipe pedagógica para refletirem sobre a prática pedagógica; coordenar o Conselho de Classe envolvendo toda a equipe diretiva da escola, professores, alunos e pais; incentivar a participação de todos os membros da instituição no conselho de escola, dentre outras.

Todas as ações caracterizadas se integram e ocorrem concomitantemente, objetivando a organização do trabalho pedagógico escolar comprometido com a formação humana, técnica e política de todos os envolvidos e conseqüentemente, com a qualidade social do processo educativo escolar. Em vista disso sem desconsiderar a importância de nenhuma ação, priorizar-se-á no próximo item, o papel do pedagogo na organização/implementação do processo de formação continuada dos professores, como uma categoria que poderá envolver as demais em prol da qualidade da prática pedagógica.

Uma das tarefas mais importantes do pedagogo na organização do trabalho pedagógico na escola é a formação continuada dos professores.

A educação como algo essencial para a formação intelectual, social e política do ser humano precisa investir na qualificação dos professores, para que possam por meio da ação docente combater as duas funções principais que a educação acaba exercendo na sociedade capitalista: qualificar o ser humano para o desenvolvimento da economia; e construção de métodos e estratégias para que a política controle a sociedade civil. Quando a escola reproduz ambas as funções da educação, como norteadoras do processo educacional, estará formando alunos excluídos, alienados e subordinados à sociedade capitalista.

Segundo Saviani (2002), é preciso superar a visão de professor considerado o sujeito formador (aquele que sabe) e o aluno como o sujeito em formação (aquele que desconhece). A partir desta visão, o processo de ensino-aprendizagem passa a ser prejudicado, pois a relação de troca de saberes e de experiência não ocorre, afastando os objetivos das ações pedagógicas que buscam a transformação da realidade. Logo, a formação continuada pode contribuir para que a relação de ensino-aprendizagem se torne mais próxima, possibilite ter professores mais qualificados para formar seus alunos. Ambos passarão para outro momento, de troca de conhecimento e de experiência, em que serão responsáveis pela construção do conhecimento e, conseqüentemente contribuirão para a transformação da sociedade.

A formação continuada dos professores é essencial para eles próprios, para a escola e para a sociedade em si. A esse respeito, Silva (2008) afirma que é possível aos docentes: passarem a compreender melhor a realidade, respeitando as diferenças que existem entre os alunos, entendendo e cooperando com os sujeitos, criando debates e reflexões sobre o ambiente escolar; reconhecerem com maior

profundidade a importância e a necessidade de se auto-avaliarem e de avaliar o contexto histórico em que desenvolvem seu trabalho docente; e construir uma escola diferente, a partir do momento em que se trabalha coletivamente em todos os aspectos.

Portanto, é fundamental que haja diálogo entre o pedagogo e os professores, de forma que os docentes possam ser auxiliados a ampliar a consciência e a identificar as dimensões políticas, humanas e técnicas de suas ações. Essas podem ser realizadas e aperfeiçoadas por meio da formação contínua de professores, que segundo Placo (2002, p. 102), “possibilita a mobilização de aspectos diversos da formação, desde a autonomia e parceria dos professores no processo de ensino-aprendizagem, até o aprimoramento de relações pessoais, intra e intergrupais.” A formação instiga o professor para desenvolver hábitos de estudo, realizar leituras e pesquisas; para uma relação dialógica com seus alunos, contribuindo para a discussão de problemáticas e desafios enfrentados por eles como uso de drogas, sexualidade, orientação profissional, violência, e outras questões relevantes, não só para a formação cognitiva, mas também social e emocional dos discentes, estreitando e tornando mais éticas as relações entre professores e alunos.

De acordo com Vasconcellos (2002), os professores recém-formados têm como referência colegas experientes, com quem tiram dúvidas e discutem sobre a prática educativa; entretanto, tais dúvidas não são discutidas de forma sistemática, com embasamento teórico, argumentos que poderiam ser construídos em um processo de formação continuada de professores, no próprio local de trabalho e que incorporasse os limites e desafios da sua prática docente.

Portanto, muito podem auxiliar na qualificação dos docentes, as reuniões realizadas nas escolas, buscando o compartilhamento dos saberes específicos de cada área do conhecimento, em que cada professor socialize suas compreensões didático-pedagógicas, com o objetivo de uma formação cultural, capaz de compreender o mundo e a realidade em que está inserido.

2.3 QUALIDADE DA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

O contexto escolar sempre com suas inerentes contradições acirra a necessidade de uma discussão mais específica e profunda a respeito dos conflitos de sala de aula, e da relação professor-aluno na perspectiva da psicologia.

De acordo com Aquino (1996), a psicologia da educação e a psicologia escolar, possuem suas semelhanças e particularidades. A primeira, tem como objetivo principal as relações em sala de aula, já a segunda tem o objetivo maior em torno do aspecto pedagógico mais amplo, ou seja, as relações que o sustentam.

Para os teóricos marxistas, a psicologia escolar, terá como foco, as relações de dominação ideológica. Esta visão, tem a escola como produtora de relações sociais com intuito de disseminar a ideologia dominante, inserida na prática pedagógica, ou no âmbito da hierarquia de poder, ou até mesmo, por meio dos conteúdos, tidos para os críticos, como falseadores da realidade.

Respeitando as dificuldades do professor em sala de aula, é que muitos estudiosos têm produzido estudos, com objetivo de orientar e auxiliar os professores a respeito deste assunto, fortalecendo-os e sustentando-os teoricamente.

Aquino (1996) afirma que para se compreender as interfaces da psicologia da educação, é fundamental compreender o significado institucional e as relações entre agentes, clientela e público.

Os agentes serão aqueles que dominarão a classe e delimitarão a ação institucional. Porém, possuem uma limitação, não são diretamente ligados à ação institucional, são os funcionários e o pessoal de apoio em geral, mas são indispensáveis ao funcionamento da instituição. Por isso, existe uma classificação entre os agentes privilegiados – professores e agentes subordinados – substitutos, auxiliares. A clientela, são os alunos, os quais necessitam das relações que a ação institucional proporcionará, enquanto o público, é o grupo que participa regularmente das atividades e decisões; são as famílias e a população em geral vinculadas ao contexto escolar.

O autor critica a falta de pesquisas realizadas a respeito da relação professor aluno, sendo escassos textos específicos sobre o assunto. Afirma que esta relação entre professor e aluno, é recíproca, ou seja, ambas as partes participem ativamente do processo de ensino-aprendizagem, de maneira, que se defrontem, se comuniquem e se influenciem.

Assim, o modo de agir do professor é apontado como principal elemento nesta relação.

De acordo com Libâneo (1985), a relação professor aluno é atingida por algumas características específicas da tendência pedagógica que predomina na ação docente: a *liberal conservadora* realça o autoritarismo do professor, dificultando a interação e a comunicação entre eles no decorrer da aula; a *renovada progressista*, secundariza o papel do professor no processo de aprendizagem e na relação com o aluno: ele será o auxiliador do aluno que são disciplinados a partir de um conjunto de regras determinadas pelo grupo em que tomam consciência de seu limites, respeitando assim o professor; a *renovada não-diretiva* tem como principal foco o aluno, inibindo um posicionamento mais firme do professor que é considerado um especialista que poderá garantir um relacionamento do grupo entre si; na *tecnicista*, a relação entre professor-aluno é definida pelo grau de estruturação de ambas as partes: o professor tem uma relação especificamente técnica com os alunos, tendo o foco de sua ação em fazer a ligação entre a verdade científica e o aluno, o qual receberá, aprenderá e fixará os conhecimentos. Por outro lado, as tendências *progressistas*, inserem uma série de diferenças quanto a relação professor-aluno. Na *libertadora*, essa relação buscará a conscientização, com base no diálogo, em uma relação horizontal entre o professor e o aluno como sujeitos do conhecimento; na *libertária* há a busca da transformação na própria relação professor-aluno como fator de emancipação dos sujeitos e da construção da autonomia: o professor é um orientador, que se mistura com as reflexões e ações do grupo; na *crítico-social dos conteúdos*, o foco principal está na troca entre o sujeito e o meio, sendo que a relação pedagógica consistirá no provimento destes momentos de troca e envolvimento do professor com os alunos, no que diz respeito à cultura e estilo de vida que levam ou nos quais estão inseridos.

Segundo Libâneo (1985), discute que ao vermos as tendências pedagógicas e suas especificidades, poderíamos pensar que a relação professor-aluno é só mais um dos efeitos da atuação docente, como qualquer outra, como escolha dos conteúdos. Mas, o autor traz a reflexão da importância da compreensão quanto ao desdobramento desta face no espaço escolar. Libâneo (1985) defende o aluno como a extensão do professor, ou seja, as atitudes do professor refletirá significativamente positivamente ou negativamente na vida e formação do educando.

2.4 PARTICIPAÇÃO

Segundo Bordenave (1992), a participação deve ser considerada como um elemento presente nas nossas vidas, de tal maneira a se apresentar como uma necessidade humana universal.

Discute-se sobre o ato de participar nas questões político-pedagógicas dos profissionais da educação, mas, para compreender melhor esta questão, o autor julga necessário conhecer e entender as correlações que permeiam ações coletivas como de moradores, amigos de bairros e outras, que retratam a atitude e desejo de querer opinar, participar das decisões e fazer valer suas inquietações e necessidades.

A necessidade a qual ele se refere trata do cotidiano de uma pessoa; discussão em família sobre cortes de despesas; a associação de moradores discutindo sobre maior segurança; produtores de alimentos agrícolas desejando participar do planejamento de uma determinada região, entre outras.

Bordenave (1992) define participação como:

“o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros”.

O autor destaca a importância de saber diferenciar a micro e a macroparticipação. A microparticipação, será a participação de umas duas pessoas que em uma decisão comum não tem intenção de beneficiar-se com isto. Bem como, deve-se distinguir entre participação em associações e participação social. Logo, o nível de macroparticipação, significa ter uma visão mais ampla e que corresponderá a uma sociedade como um todo. Segundo o autor, um cidadão comum exerce sua participação dentro da sua família em nível micro e quando participa e intervém em lutas sociais, econômicas e políticas, o mesmo ocorre em nível de macroparticipação.

A participação pode ser imposta, quando as pessoas devem e são obrigadas a participar de algo. Ou voluntária, quando um grupo de pessoas se organiza e planeja espontaneamente, para estabelecer seus objetivos, estratégias e participantes.

Segundo Bordenave (1992), para uma efetiva participação, seja ela em uma reunião familiar, em um grupo escolar, em um partido político ou em uma associação, deve-se considerar o grau de satisfação e aceitação do grupo diante do líder ou organizador. A partir deste fator, é que muitas pesquisas constatarem uma grande possibilidade de influência na participação social, associada à estrutura social. No Brasil, a estratificação de classes sociais é assim distribuída : 1% é a alta burguesia (muito ricos); 4% burguesia (ricos); 15% pequena burguesia (remediados); 30% proletariado (pobres) e 50% o subproletariado (muito pobres). (dados obtidos pela pesquisa do autor: Bordenave (1992)).

Considerando as possibilidades históricas de participação da população no trabalho e nas decisões sociais, ao se deparar com dados como esses, é possível perceber que a sociedade brasileira é marcada pelo conflito e desigualdade, tornando de extrema importância, analisar a participação e viabilizá-la no âmbito das diferentes práticas sociais, inclusive no ambiente escolar.

De acordo com Bordenave (1992), a participação vai além de apenas uma necessidade básica, constituindo-se uma habilidade que se aprende e desenvolve. O autor considera que: “alguns denominadores comuns isto é, algumas forças que costumam atuar e que, bem compreendidas, podem ajudar a levar adiante a participação”. (Bordenave, p. 47)

Os denominadores mencionados pelo autor se referem a instituições sociais que exercem forte poder de influência na sociedade, como: família, educação, religião, segurança e economia. Outra influência decisiva acha-se na organização social informal, ou seja, na linguagem desenvolvida pelo próprio grupo, por meio da qual buscarão e lutarão pelos próprios interesses. Há que considerar que os grupos, conquanto identificados por propósitos comuns, também comportam diferenças no comportamento participativo, uma vez que cada indivíduo age e pensa de uma maneira diferente.

Na participação, teremos também outro fator a considerar, qual seja, o estilo de liderança que pode ser, autoritário, democrático ou permissivo, cujas características incidirão de forma decisiva, não só sobre a produtividade e satisfação do grupo, como também afetarão os níveis da própria participação.

Outros fatores influenciam na qualidade da participação como: a identificação e coesão do grupo, bem como a abertura para o diálogo, como meio de se colocar

no lugar do outro para compreender seu ponto de vista, respeitar a opinião alheia e então, entrar em um consenso rumo a alguma decisão.

A qualidade da participação aumenta também quando as pessoas aprendem a manejar conflitos; clarificar sentimentos e comportamentos; tolerar divergências; respeitar opiniões; adiar gratificações. A qualidade é incrementada quando as pessoas aprendem a organizar e coordenar encontros; assembleias e reuniões; pesquisar problemas; elaborar relatórios; usar meios e técnicas de comunicação. (BORDENAVE, 1992, P. 73)

Ou seja, a partir do momento, que um aluno teve oportunidades, em sua formação escolar, de saber manejar conflitos, organizar atividades em grupo, pesquisar e buscar soluções aos problemas, este, provavelmente participará socialmente de maneira mais significativa. Então, nasce a importância do pedagogo, articular juntamente com os professores este tipo de ações dentro da escola.

A atuação deste profissional como articulador do trabalho pedagógico escolar na direção da superação das dificuldades de aprendizagem se insere no processo de promoção de mentalidades participativas que, na perspectiva coletiva buscam a qualidade da educação escolar que interessa às classes populares. Este tema vem sendo discutido entre educadores e pesquisadores brasileiros há muito tempo, ganhando ênfase na década de 1990 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 e com as propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais. A problemática ainda está presente com toda a intensidade, requerendo novos encaminhamentos, tanto para a docência quanto para a gestão e organização da ação educativa nas escolas. Sendo assim, o presente trabalho por sua vinculação com a questão da aprendizagem não poderá passar de largo em relação à questão do papel do Pedagogo escolar.

Defende-se que sua função consiste em atuar na prática pedagógica, planejando, organizando e mediando as ações que ocorrem na escola, principalmente coordenando o processo de elaboração e construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) com a participação de professores, alunos, pais e todos os funcionários da instituição. Assim, o pedagogo age direta e indiretamente na formação intelectual, política e cultural dos alunos, para alcançar uma educação democrática e de qualidade.

Neste momento histórico, em que a própria LDB nº 9.394/96, no seu Artigo 12, inciso I dispõe que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas

comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: elaborar e executar sua proposta pedagógica”, é importante perceber a inserção do pedagogo neste processo de molde a contribuir para que a organização curricular se constitua em possibilidades para que os alunos se tornem críticos e autônomos.

O conceito de educação escolar é amplo, significativo e envolve várias modalidades. Ele pode assumir diferentes significados e ênfases na concretude do trabalho pedagógico de um dado contexto escolar, dependendo de cada realidade. Assim, às vezes um professor envolvido com a aprendizagem do aluno em sala de aula, poderá não se engajar em questões da política e da gestão escolar: administradores e diretores de escolas que se preocupam em planejar, administrar e supervisionar uma instituição de ensino, darão grande ênfase na aprendizagem de determinado conteúdo, ou o gestor de uma empresa que institui um programa de qualificação profissional, nem sempre vai se preocupar com os detalhes da gestão escolar. Libâneo reforça esta ideia quando afirma que, “para uns importa mais a educação como instituição social; para outros a educação como processo de escolarização” (2004, p.70).

Libâneo (2004) define as seguintes concepções pedagógicas: naturalistas, espiritualistas, culturalistas, ambientalistas, interacionistas e histórico-sociais.

As concepções *naturalistas* consideram que a maior influência no desenvolvimento do ser humano provém dos fatores biológicos e secundarizam a influência dos fatores sociais e culturais. Para os estudiosos desta concepção, “a finalidade da educação seria trazer à tona, ‘tirar para fora’, o que já existe na natureza do indivíduo.” (LIBÂNEO, 2004, p. 74)

As concepções *pragmáticas* compreendem a educação como uma ação constante no desenvolvimento humano, resultando na adequação do sujeito ao meio social. Assim, o sujeito desenvolve suas funções cognitivas através de interações com o meio. Para Dewey, (In: Libâneo, 2004, p. 75):

[...] a educação não é a preparação para a vida, é a própria vida [...]. A educação é uma constante reconstrução ou reorganização da nossa experiência, que opera uma transformação direta da qualidade da experiência, isto é, esclarece e aumenta o sentido da experiência e, ao mesmo tempo, nossa aptidão para dirigirmos o curso das experiências subseqüentes.

A ênfase do desenvolvimento do ser humano recai sobre a experiência, cabendo ao ser humano reconstruí-la e dar sentido à ela.

As concepções *espiritualistas* concebem a educação como uma ação interior que aperfeiçoa as pessoas através de ensinamentos e dizem como o indivíduo deve ser. Desse modo a educação deve desenvolver as faculdades mentais dos alunos, procurando a perfeição no modelo de Cristo.

As concepções *culturalistas* compreendem a educação como uma ação cultural voltada à formação de sujeitos, por meio da “transmissão de bens culturais que se transformam em forças espirituais internas no educando”. Assim, “apropriando-se dos valores culturais, o indivíduo forma sua vida interior, sua personalidade e com isso pode criar mais cultura.” (LIBÂNEO, 2004, p. 76)

As concepções *ambientalistas* entendem que educação consiste em impor ao indivíduo as maneiras de “ver, sentir e agir” em harmonia com os valores da sociedade. A sociedade exerce grande influência no desenvolvimento do indivíduo. Libâneo (2004 p. 77) fundamenta esta afirmativa com base em Durkheim, para o qual a educação

[...] é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança particularmente se destine. (DURKHEIM, 1967 p.41)

As concepções *interacionistas* com suporte nos fundamentos de Piaget, Wallon e Vygotsky, embora se diferenciem pela ênfase que dão ao papel do sujeito, e pela fundamentação epistemológica divergente, compreendem a aprendizagem como ação interativa na qual os indivíduos “constroem seus conhecimentos através da sua interação com o meio, numa inter-relação constante entre fatores internos e externos.” (LIBÂNEO, 2004 p. 77)

As concepções *histórico-sociais* com fundamento em Marx & Engels (1984) criticam a educação individualista. As concepções histórico-sociais divergem destas concepções anteriores por compreenderem a educação como ação do desenvolvimento social, definida pela forma de relações sociais de uma determinada sociedade. Nesse sentido a educação pode mediar a passagem de práticas reprodutivas para práticas humanas, na medida em que possibilita aos alunos a

apropriação de saberes, por meio dos quais os tornam capazes de compreender a sociedade, elaborarem projetos e nela intervir.

Segundo Libâneo (2004, p. 81):

[...] em sentido amplo, a educação compreende o conjunto dos processos formativos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não-intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não. Integra assim, o conjunto dos processos sociais, pelo que se constitui como uma das influências do meio social que compõe o processo de socialização. Em sentido estrito, a educação diz respeito a formas intencionais de promoção do desenvolvimento individual e de inserção social dos indivíduos, envolvendo especialmente a educação escolar e extra-escolar.

Assim, pode-se notar que os objetivos e conteúdos da educação são diferentes, porque mudam com o tempo de acordo com as relações sociais, o modo de produção e as lutas sociais. Portanto, a concepção de educação varia conforme a sua época, seu contexto histórico e, conseqüentemente, muda-se também a prática pedagógica.

A prática educativa intencional consiste em “todo fato, influência, ação, processo, que intervém na configuração da existência humana, individual ou grupal, em suas relações mútuas, num determinado contexto histórico-social” (LIBÂNEO, 2004, p. 82). A educação, enquanto ação intencional é uma prática social sobre o desenvolvimento dos indivíduos na sua relação com o meio natural e social. Tal desenvolvimento ocorre através da transmissão e aquisição de “conhecimentos, valores, habilidades, técnicas, em ambientes organizados para esse fim” (LIBÂNEO, 2004, p. 82). Na perspectiva da educação com uma intencionalidade situa-se a escola como instituição social, instituída na sociedade civil, com uma estrutura organizada e administrada, com suas normas gerais de funcionamento e diretrizes pedagógicas, também trabalha com a ciência e com o conhecimento, pois socializa o saber sistematizado e possibilita a reelaboração do saber.

Desta forma, a educação possui três modalidades que consistem em: educação informal, educação não-formal e educação formal.

A educação formal é aquela organizada, estruturada, planejada intencionalmente, é sistemática. Assim, onde há ensino com tempo determinada estrutura prevista na Legislação dos sistemas de ensino pelos órgãos oficiais e, com a devida certificação, há educação formal, seja na escola ou não.

Já a educação não-formal compreende aquela planejada intencionalmente, mas com pouca estruturação e sistematização, sem obrigatoriedade de provas, podendo ou não ter certificação e carga horária variada. Esta modalidade de educação ocorre em ONGs¹, em Movimentos Sociais, em trabalhos comunitários, entre outros.

E por fim, a educação informal é aquela não necessariamente planejada, não é intencional, é espontânea, ocorre fora do âmbito escolar, podendo acontecer em locais diferentes, como teatro, cinema, mas que também possibilita ao ser humano aprender constantemente.

O sistema educacional, maior responsável pela educação formal, compreende:

[...] o conjunto de instituições educativas intencionais, com certo grau de organização, de tipo formal ou não-formal. Inclui princípios filosóficos, éticos, políticos, leis e orientações normativas, aplicáveis à variedade de modalidades e instituições educativas. (LIBÂNEO, 2004, p. 92 e 93)

Desta forma, nota-se que o sistema educacional não se limita à educação formal, pois há instituições com educação não-formal com intencionalidade e organização, que também podem ser incluídas neste sistema.

Quanto à educação formal, o sistema de ensino é composto pelas escolas, pela Secretaria da Educação e órgão normativo. E de acordo com a LDB em seu Artigo 14, são os sistemas de ensino que definem as “regras” da gestão democrática na Educação Básica pública, de forma que os profissionais da educação e da instituição participem da elaboração e construção do Projeto Político-Pedagógico da escola e que a comunidade escolar (todas as pessoas que estão diretamente envolvidas no interior da escola, como professores, alunos e demais funcionários) e local (pais de alunos e alguém que represente a associação de moradores do bairro) participem dos Conselhos Escolares.

Em suma, a educação compreende o objeto de estudo da Pedagogia, esta investiga fatos, processos, estruturas, contextos, problemas, voltados à instrução, ao ensino e à aprendizagem.

¹ Organizações Não-Governamentais consistem em organizações sem fins lucrativos, com total autonomia em suas ações, não sofrem intervenção do Estado e, assumem papéis que a Escola, a Saúde e o Estado muitas vezes não cumprem.

Em relação à complexidade da educação escolar, diversas questões inquietam educadores e familiares. Essas questões desafiam-nos e nos levam à tarefa filosófica de refletir criticamente.

Segundo Gadotti (2001), um sujeito quando tem uma dúvida, representa o início de uma mudança. Este buscará na tentativa de vários caminhos, retomar a sua existência; valor dos mestres, da educação, da cultura adquirida, o sujeito passará a compreender sua própria história e mundo, com o intuito de mudar algo. A dúvida encaminhará o sujeito a uma passagem à consciência crítica ou simplesmente à consciência, que lhe permite renunciar, ou se submeter ao julgamento de outro sujeito ou decisão. A dúvida gera medo. Porém, instiga a investigação e interrogação em relação a questões não claras. Assim, o sujeito terá uma maior chance de adquirir segurança, maturidade e compreensão.

A educação de acordo com o autor é o eixo da sociedade em que se interroga, se duvida, se debate e se busca. Educar fica com um significado questionador e gera dúvidas: se é para reproduzir ou transformar; conformidade ou aventura na liberdade de expressão, estar preso ao passado ou disposto a construir um futuro.

A dúvida também terá outros enfoques, como uma ação libertadora. Na relação pedagógica, a dúvida reorientará o olhar dos profissionais da educação permitindo que o educador possa refletir, discutir sobre os conflitos de sala de aula, quais são as contradições presentes, que estímulos estão faltando para uma boa formação aos professores e alunos.

Em meio a tantas exigências, necessidades, tarefas, encargos burocráticos do professor e da escola, de acordo com o autor, é possível sim, fazer com que a dúvida seja benéfica ao sistema escolar, pois, já estariam se pronunciando, decidindo e discutindo. Mas, mesmo antes de começar uma ação transformadora e houver inquietação, a dúvida deve persistir levando à busca das respostas e jamais ceder, pois, para a educação e para a pedagogia, a dúvida é capaz de contribuir para uma verdadeira mudança, capaz de alimentar uma política e uma ação inovadora.

A escola esta mergulhada na sociedade. São os sistemas sociais, políticos, econômicos que determinam os sistemas sociais e são esses sistemas que se exprimem através dos educandos. O autor afirma que, antes mesmo de iniciar uma

luta em matéria de educação, é necessário, voltar-se primeiramente, sobre os sistemas e sobre as superestruturas ideológicas.

Para Gadotti (2001), a educação deve:

Representar para a filosofia um autêntico desafio. E, neste caso, sua principal tarefa consistirá em ajudar os homens a enfrentar esse desafio, em não depor armas em face do rumo dos acontecimentos, mas em tentar dar-lhes novos rumos voltados para uma perspectiva humana, ajudando a definir e a delimitar constantemente essa perspectiva. (GADOTTI, 2011, p. 37)

Assim aos educadores não bastará apenas reflexão e discussão, e sim, uma atitude, uma nova maneira de ser, uma luta constante, um caminhar com a educação e a favor dela. A filosofia da educação contribuirá para indicar possíveis caminhos, para esclarecer, suscitar o espírito de responsabilidade, lucidez e participação na solução dos problemas identificados.

Para se ter uma prática social transformadora, é fundamental compreender os caminhos que o homem percorre até chegar à educação escolar. O avanço exige uma reorganização e não acomodação. O homem tem a possibilidade de intervir sobre a natureza e sobre a sociedade. O homem intervém sobre a natureza com objetivo de dominá-la, tornando-a útil e transformando-a em meio cultural. Da mesma maneira, intervém sobre a sociedade para tornar o humano, mais humano.

A ação transformadora será eficiente quando baseada na indissociabilidade da teoria e da prática. Como alicerce de uma transformação, considerará o homem numa perspectiva coletiva, permanecendo juntos e unidos em torno de seus interesses. Essa postura nos leva necessariamente à luta de classes, conseqüentemente à reflexão a respeito da questão das sociedades divididas em classes.

A educação e a ideologia estão extremamente interligadas. As interfaces destes dois conceitos são apontadas por Gadotti (2001) em a dúvida e a suspeita dialética (se é título de uma obra ou artigo, destacar). Consistirá a dúvida, em uma atitude básica para descobrir e explorar o mundo, antecedente a uma ação; já a suspeita é considerada como o ato de um reconhecer e um desconfiar aparente de algo. O homem só se poder manter em pé quando tem equilíbrio em suas forças emocionais e físicas. Quando a contradição é grande, se faz necessário ser cauteloso para não desequilibrar-se, mesmo considerando que o desequilíbrio é um risco, impulsionando para o rompimento do equilíbrio. Outra interface da ideologia é

a divergência. Ou seja, colocar diante da educando discutir com ele os vários caminhos e possibilidades. Apresentar-lhe a história em diferentes ângulos, permitindo-lhes que critiquem a teoria e prática já existente.

O autor diz que, aparentemente a escola está fora da luta de classes. Mas, na verdade, é isto que a educação dominante e burguesa nos quer fazer acreditar, que a escola e a classe escolar não fazem parte do mundo. Considerar uma luta de classes como dimensão fundamental na tarefa pedagógica significa reconhecer o papel fundamental da luta de classes na escola, como fator para reflexão e ação. A escola é um espaço político importante na medida em que pode garantir ou não a herança, reproduzir ou não os privilégios de classe.

Um dos questionamentos implícitos no presente estudo, consiste em saber se há uma pedagogia que poderia realmente ter a luta de classes como seu foco, considerando o que afirma Gadotti: “Uma pedagogia que não se preocupe apenas com o construído e a forma do que pretende ensinar, mas o contexto no qual ela ensina.” (2001, pág 72)

O autor pontua alguns aspectos desta questão: 1. A politização do conteúdo e do ensino. Ou seja, não desvincular o político do pedagógico. Levar o estudante a ter motivação pela qualidade e relevância do que é ensinado. É ensinar um conteúdo com significado para seus alunos. 2. A associação de docentes e alunos. Formar grupos político preocupados em defender as relações humanas. Os grupos determinarão a qualidade do que é ensinado, preocupado em defender os interesses profissionais e sociais da categoria. 3. Autonomia relativa da escola. Local onde será possível discutir as questões que surgirem, haverá debate, críticas e que posições sejam manifestadas livremente.

3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Segundo Noronha (2005), diante de um esforço para transformação da realidade dos sujeitos históricos se faz necessário observar cautelosamente que não se tem como aprimorar atitudes e comportamentos a partir de uma perspectiva produtivista.

Para modificar o trabalho e formação do educador, torna-se indispensável outros tipos de mediação educativa como fundamento à construção do conhecimento.

Considerando as possibilidades, realidades e condições históricas da educação no contexto amplo, o trabalho docente é um assunto central para ser analisado, revendo a questão metodológica, a transformação da prática histórica, compreensão das políticas educacionais, reorganização do campo disciplinar.

Segundo Noronha,

O desafio de formar um educador que seja capaz de colaborar na construção de conhecimentos socialmente significativos, como uma síntese entre as experiências e os conhecimentos produzidos nas condições sociais e culturais dos processos de vida e de trabalho dos educandos e os conhecimentos universais elaborados pelo conjunto da humanidade, torna-se central em uma proposta de formação. (Noronha, 2005, p.86)

De acordo com o autor, as respostas a estes questionamentos serão explicitados pela visão marxista e gramsciana na chamada filosofia da práxis. Defende-se que esta filosofia permite um movimento de articulação entre o senso comum e do saber elaborado com o objetivo de superação de uma consciência naturalizada.

Na observação de Gramsci:

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto antes de tudo, como crítica do “senso comum” (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir ex-novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente) (GRAMSCI, 1981, p.18)

Gramsci traz o desafio de “tornar crítica uma atividade já existente”, na ideia de que a formação do educador deve ter uma base epistemológica sólida, para que

possa estabelecer relações entre a parte e o todo, o particular e o universal, a estrutura e a conjuntura.

Desta forma, o educador não verá a educação como um fenômeno que soluciona problemas pontuados e apresentados pela atual sociedade. E, nesta mesma sociedade que rompeu gradativamente com o teorismo de uma formação acadêmica distante da realidade sócio-histórica e com o ativismo que não consegue superar o senso comum, demonstra a necessidade de uma retomada quanto a práxis para melhor embasar o plano histórico-social.

De acordo com Marx,

São os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam com essa realidade que lhes é própria seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX, 1965, p.22)

A filosofia marxista tem como foco a atividade prática social dos indivíduos concretos e historicamente dados. Tem a práxis como o trabalho e a produção sendo uma atividade social que tem um objetivo traçado que se buscará atingir. O homem desenvolve uma prática material ao realizar um esforço físico, produção ou atividades realizadas em grupo. E, a práxis não-material tem como envolvimento elementos subjetivos como emoções, valores e percepções. Partindo disto, é que Marx diz que a educação é um dos elementos constitutivos da práxis material.

A práxis engloba certas categorias fundamentais: transformação do meio natural em que vive o homem, modificação, superação, criação de objetos, transformação das condições naturais, comunicação mútua e trabalho cooperativo.

Para se compreender o conceito da práxis, é fundamental tratar sobre trabalho e produção. A atividade social que envolve esforços duradouros que exigem a busca e superação de obstáculos e transformação da sociedade é um grande exemplo de práxis. Para que esta atividade seja assim considerada, conscientemente dirigida.

Esta atividade deve ser claramente identificada no espaço escolar. Considerando constantemente, o estabelecer objetivos para alcançar, rever conceitos; ampliar o senso comum, considerar o meio histórico, planejar as ações necessárias para o determinado momento; avaliar os sujeitos e o envolvimento dos

mesmos e replanejar algo que por algum motivo não apresentou os resultados esperados.

O conceito de práxis implica o conceito de sujeito. A atividade social, sendo consciente, planejada, dirigida, com objetivos traçados, nos traz a visão de uma consciência de si mesmo. De acordo com Marx, o homem que também é criador, e não apenas alguém que recebe impressões, copia ou obedece, mas que pensa, cria, correlaciona, antecipa acontecimentos, ou seja, é capaz de criar, um ser social.

Vázquez (1977) traz uma reflexão a respeito, da tensão dialética que se dá na história social, quando ocorre a articulação da teoria e da prática, reflexão e ação, é possível, com a mediação do educador, que auxiliará os discentes a reconstruir sua história.

Então Vázquez afirma:

O homem não vive num constante estado criador. Ele só cria por necessidade, cria para adaptar-se às situações ou para satisfazer novas necessidades. Repete, portanto, enquanto não se vê obrigado a criar. Contudo, criar é para ele a primeira e mais vital necessidade humana, porque só criando, transformando o mundo o homem faz o mundo e se faz a si mesmo. Assim, a atividade fundamental do homem tem um caráter criador; junto a ela, porém, temos também como atividade relativa, transitória aberta à possibilidade e necessidade e de ser substituída – a repetição (VAZQUEZ, 1977, P.248)

Diante desta práxis criadora, o educador dará maior possibilidade para a resistência às tentativas de uniformização ideológica e abertura a novas ações pedagógicas dentro da escola.

3.1 OPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Como primeiro movimento na direção do estudo empírico do tema, foi realizada uma análise documental que Trivinos (2006) afirma ser uma análise de documentos importantes de uma instituição, embasada em um estudo previamente construído e realizado. Assim, esta análise tomou como objeto o Projeto Político-Pedagógico da escola, como o objetivo de verificar a descrição da comunidade escolar e as ações pedagógicas descritas concretizadas e aplicadas atualmente.

Foi realizada a coleta e a análise dos dados na perspectiva da pesquisa qualitativa, que de acordo com Minayo (1992) enfatiza os significados das ações e

relações humanas. Tal pesquisa é dialética e tem o pesquisador como principal instrumento.

Após tal análise, foi realizada uma cautelosa observação, partindo-se do pressuposto de que, segundo Ludke (1986), a observação é o principal método de investigação, pois possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno e permite também, que o observador chegue mais perto da perspectiva dos sujeitos. A observação escolhida foi a sistemática, pelo fato de possibilitar uma coleta de dados rica em informações, que, de acordo com Demo (1991), é direcionada, com intenções e planejamentos do que se deseja observar.

Além disso, foi aplicado um questionário aos professores, este que compreende uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões, enunciado como perguntas, de forma organizada e sistematizada. Por meio deste questionário constatou-se qual é a percepção do professor a respeito da sua profissão, escola e a relação com seus alunos. Este teve o objetivo de obter informações sobre a relação entre o perfil político pedagógico do professor e a qualidade da relação estabelecida com o aluno como fator de êxito do processo ensino-aprendizagem, investigou-se por meio de aplicação de questionário, sobre os seguintes aspectos: formação dos professores, a visão de escola que o professor tem, nível de participação dos professores na elaboração e execução das ações contidas no Projeto Político-Pedagógico, nível de comprometimento dos professores com a escola e com a aprendizagem dos alunos e, por fim, como é a relação dos docentes com seus alunos.

Assim, após a aplicação destes questionários, foi realizada uma análise de dados com as respostas obtidas e com a análise documental do Projeto Político-Pedagógico da instituição pesquisada.

3.2. O AMBIENTE ESCOLAR PESQUISADO

O trabalho de pesquisa se desenvolveu em uma escola de tempo integral da rede municipal de ensino de Curitiba.

A análise documental do Projeto Político-Pedagógico da escola permitiu traçar suas características básicas, a saber: no período da manhã, a escola oferta as áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Física, Informática, Literatura, Ensino Religioso e Artes; no período da

tarde são ofertadas oficinas de caráter educativo que contribuem para a formação integral dos estudantes sendo elas: Acompanhamento Pedagógico, Práticas de Educação Ambiental, ciências e Tecnologia da Informação e Comunicação, Práticas de Movimento e de Iniciação Desportiva e Práticas Artísticas.

A referida instituição educacional está organizada por ciclos de aprendizagem da seguinte forma: Ciclo I compreende três anos – 1º, 2º e 3º, o Ciclo II está organizado em dois anos, 4º e 5º ano.

A “população residente no entorno da escola e com idade acima de dez anos não é alfabetizada: e 3,33 dos responsáveis não têm instrução ou tem menos de três anos de estudo” (Projeto Político Pedagógico. 2006. p. 08).

O bairro possui ruas pavimentadas, porém, sem calçamento, e sem saneamento básico e é cortado por um rio poluído.

Quanto à comunidade escolar, a maioria dos pais tem menos de quatro anos de escolarização e mora no entorno da escola.

A instituição possui um quadro de funcionários com todos os docentes possuindo nível superior de formação, sendo que a grande maioria possui especialização.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

O presente trabalho monográfico teve como campo de pesquisa e coleta de dados uma instituição da rede municipal pública da cidade de Curitiba-Pr; tendo como objeto de pesquisa “o perfil político-pedagógico do professor e a qualidade de sua relação com o aluno”.

Primeiramente, foi feita uma análise documental do Projeto Político-Pedagógico da instituição, em que foram verificadas as questões relacionadas à comunidade atendida pela escola; áreas do conhecimento trabalhadas em sala de aula, perfis do quadro de professores e a organização do trabalho pedagógico da mesma.

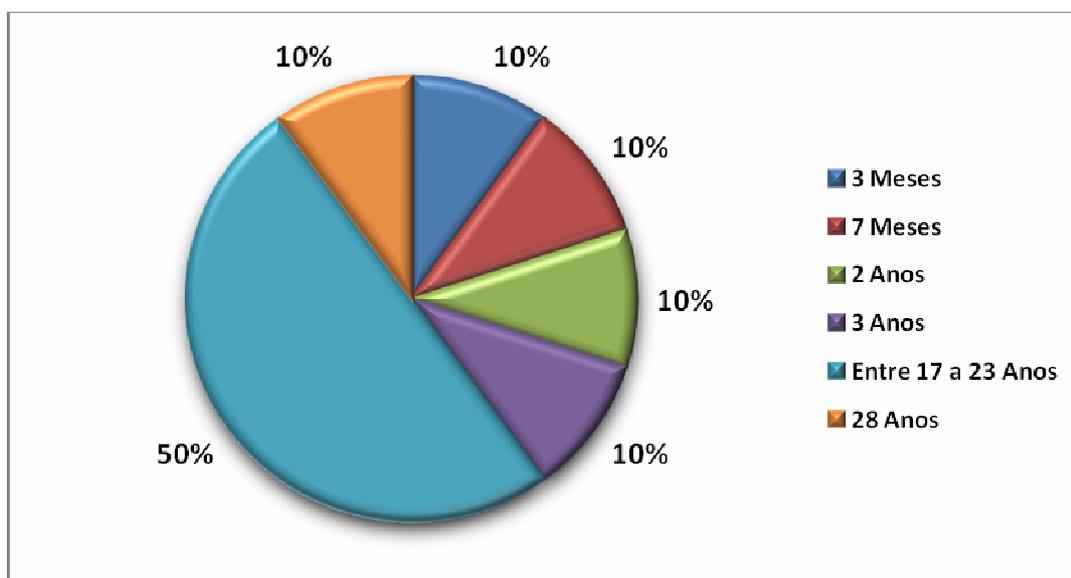
Em segundo lugar, foi aplicado um questionário a 15 professores do Ensino Fundamental I. Alguns dos professores apresentaram resistência para aceitar o questionário e respondê-lo. Por isso, a análise foi realizada a partir dos 10 questionários respondidos. Neste questionário, os professores deveriam analisar o nível que melhor situaria a opinião dele, escolhendo uma categoria de 0 a 10 que demonstrasse seu grau de apreciação em relação a cada um dos aspectos focalizados.

O questionário foi aplicado com intenção de constatar o nível em que eles situariam às seguintes questões norteadoras do objeto de pesquisa: qualidade da formação acadêmica, importância da formação continuada, nível de comprometimento político-pedagógico como profissional da educação e com a escola, identificação com a sua profissão, relação com os outros professores, compreensão da especificidade e função social da escola, inserção deles na organização da escola, nível de participação na elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico, qualidade da relação professor-aluno, nível de comprometimento com o êxito escolar de seus alunos, nível de autoridade em sala de aula, grau de importância acerca da relação professor-aluno para o êxito do processo de ensino-aprendizagem e importância atribuída ao trabalho coletivo no âmbito escolar.

Os seguintes gráficos apresentam a tabulação dos questionários respondidos, sendo feita uma análise articulada ao referencial teórico esboçado no presente trabalho.

GRÁFICO N° 01

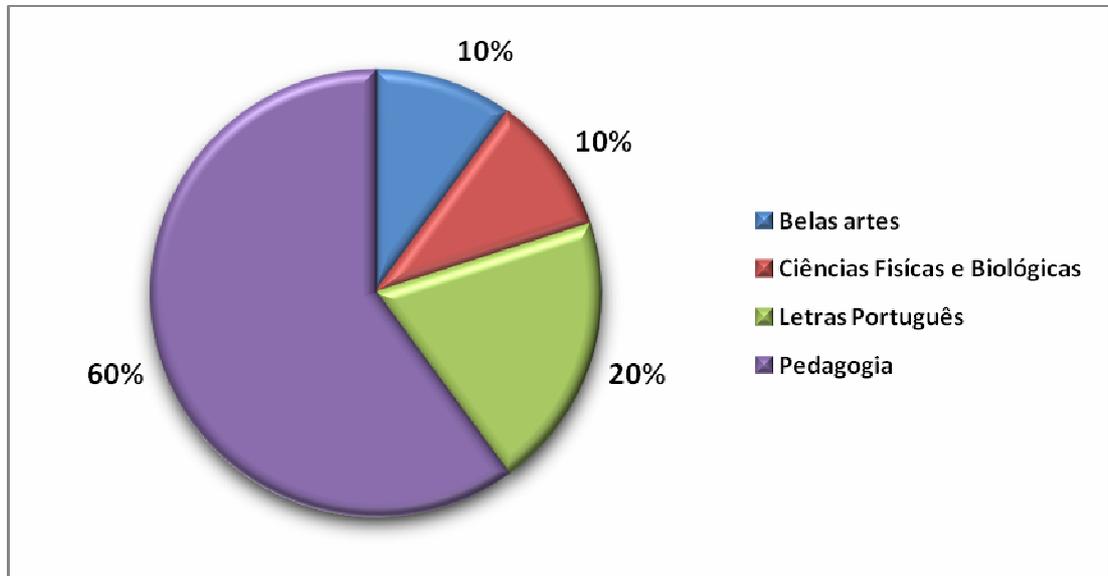
Tempo de atuação como professor da rede pública



Analisando a tabulação dos questionários aplicados aos professores de uma instituição da rede municipal de ensino, podemos verificar que quanto ao tempo de atuação dos professores na rede pública, 50% possuem entre 17 a 23 anos; 10% com 28 anos; 10% com 3 anos; 10% 2 anos; 10% 7 meses e 10% 3 meses. Assim pode-se perceber que a maioria possui entre 17 a 28 anos de tempo de atuação na rede pública o que se constitui, *a priori* um traço consideravelmente favorável no perfil desses professores em termos de experiência profissional.

GRÁFICO N° 02

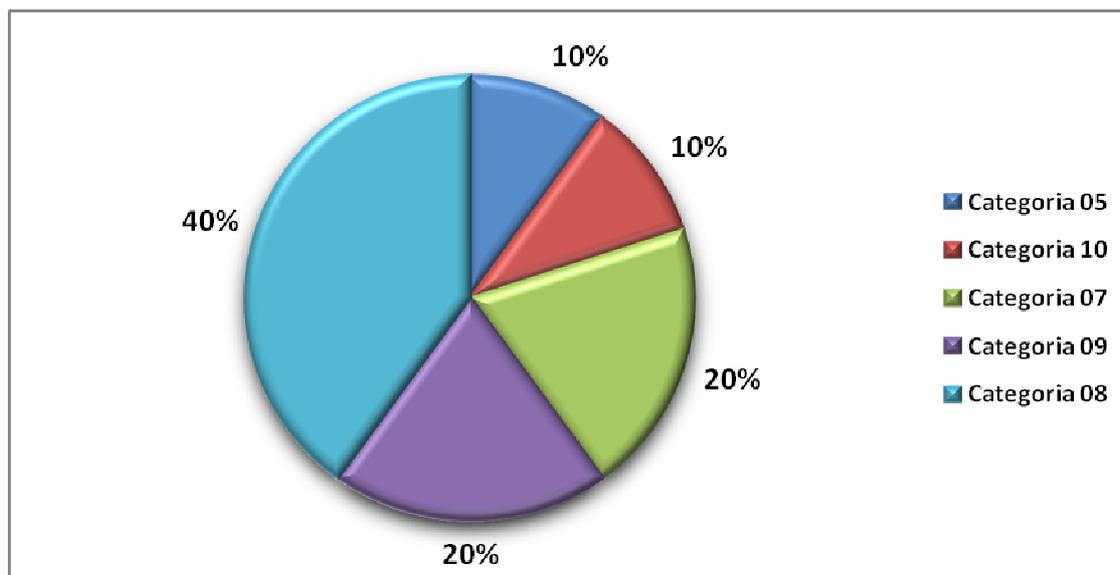
Formação acadêmica



No que diz respeito à formação acadêmica dos docentes, constatou-se que 60% cursou Pedagogia; 20% cursou Letras /Português; 10% Belas Artes e 10% Ciências Físicas e Biológicas. Podendo-se observar que há um número maior de professores que cursaram Pedagogia, o que permite pressupor outro traço favorável do perfil em termos de formação acadêmica.

GRÁFICO N° 03

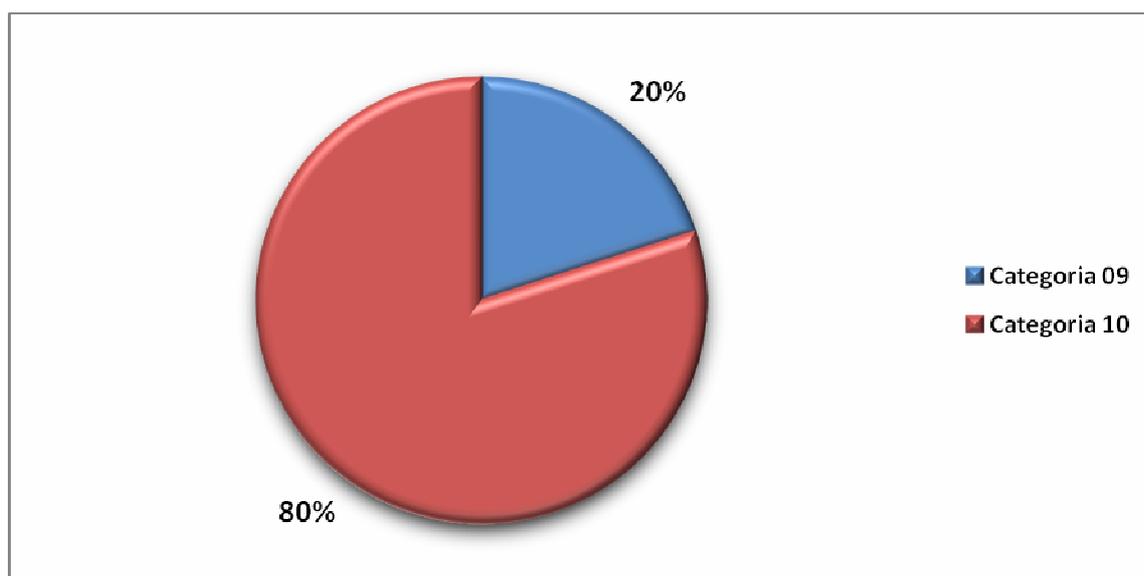
Qualidade da formação acadêmica em relação ao exercício profissional



De acordo com nível em que o professor situa, a qualidade da sua formação acadêmica em relação ao seu exercício profissional, 40% situa na categoria 08; 20% na categoria 09; 20% na categoria 07; 10% na categoria 10 e outros 10% na categoria 05. Assim, constatou-se que a grande maioria compreende que sua formação acadêmica apresenta uma qualidade consideravelmente favorável ao seu trabalho docente. Logo, pode-se perceber aqui mais um dado bastante positivo no perfil desses professores.

GRÁFICO N° 04

Importância da formação continuada para o aprimoramento da ação docente

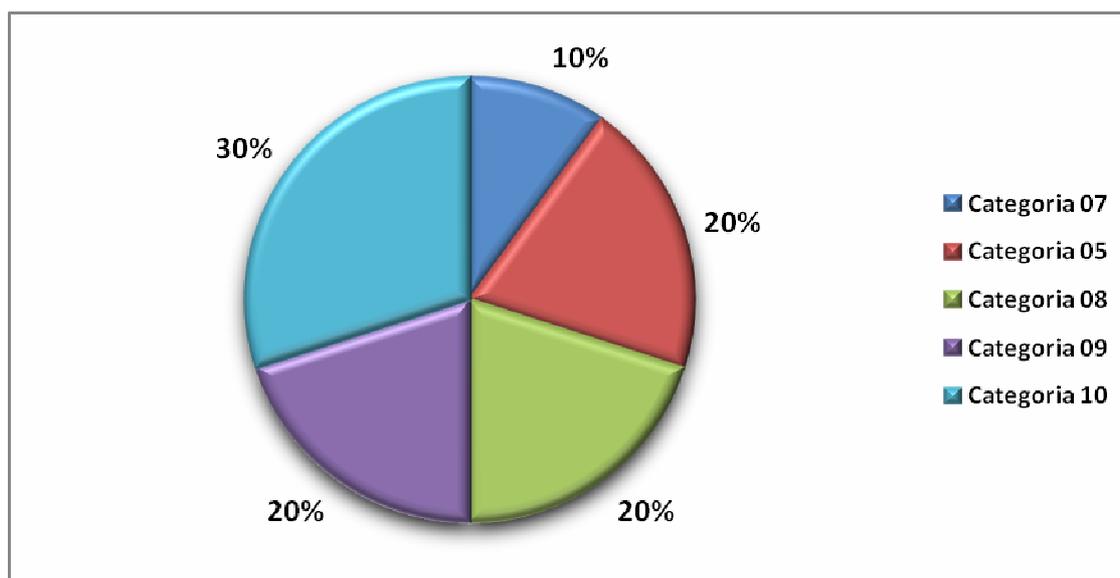


Tratando-se da importância atribuída pelo professor quanto à formação continuada para o aprimoramento da prática docente, 80% situaram na categoria 10 e 20% na categoria 09. Notando-se que todos os professores acreditam e atribuem

elevado grau de importância ao processo de formação continuada dos professores o que, certamente incide sobre seu perfil como um dado positivo por denotar possibilidades de adesão e aprimoramento a partir de tais processos.

GRÁFICO N° 05

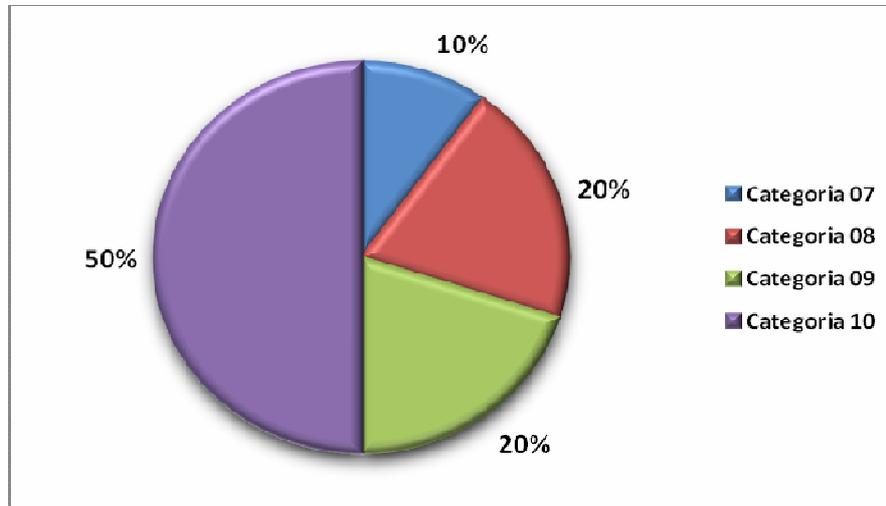
Nível de compromisso político-pedagógico como profissional da educação



Quanto ao nível de compromisso político-pedagógico como profissional da educação, 30% situou na categoria 10; 20% na categoria 09; 20% na categoria 08; 10% na categoria 07 e 20% na categoria 05. Considerando que 70% dos professores situam seu compromisso pedagógico nas categorias de 08 a 10, pode-se afirmar que se consideram bastante engajados o que se constitui em um traço da maior importância em seu perfil político-pedagógico.

GRÁFICO N° 06

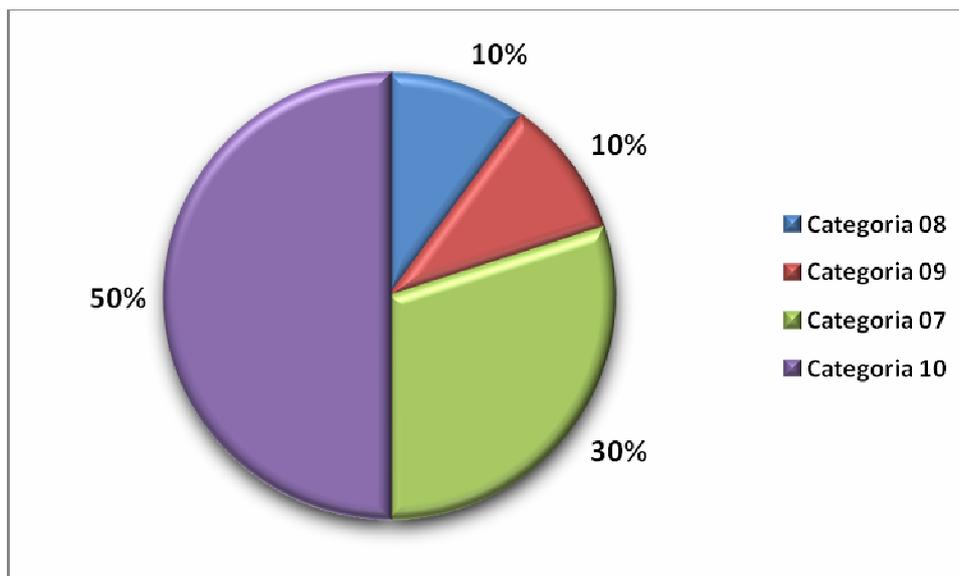
Identificação com a profissão, ou seja, com a área educacional.



No que se refere à identificação com a profissão, 50% dos professores, situaram na categoria 10; 20% na categoria 09; 20% na categoria 08 e 10% na categoria 07. A pesquisa demonstrou, assim, que a grande maioria se identifica com a profissão e este é um traço de grande relevância no perfil desses professores.

GRÁFICO N° 07

Qualidade da relação com os demais professores da escola

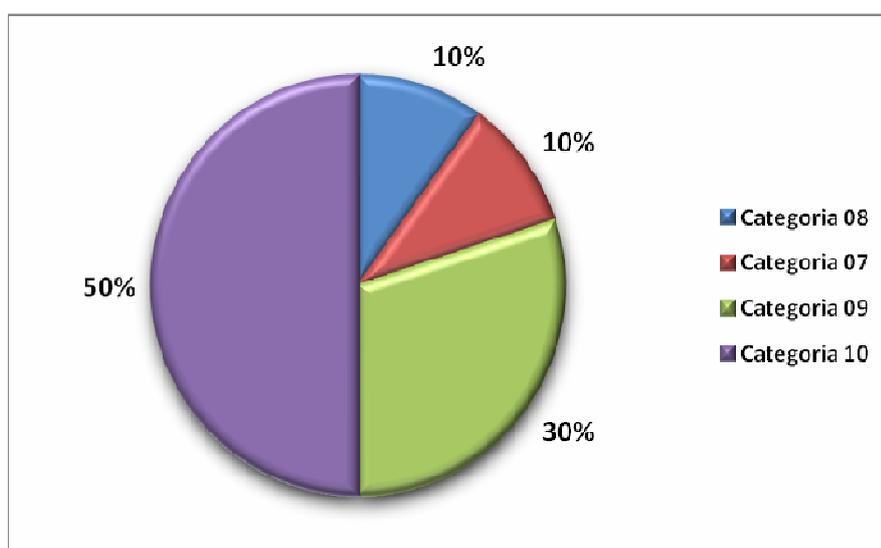


Dos 10 professores que responderam ao questionário, 50% situam a sua relação com os demais professores da escola, na categoria 10; 30% na categoria 07;

10% na categoria 09 e 10% na categoria 08, apontando que os professores da instituição pesquisada possuem um bom relacionamento entre si. O que se configura como mais um aspecto favorável de seu perfil pelas possibilidades que encerra para a efetivação de um trabalho coletivo, tão essencial no âmbito escolar.

GRÁFICO N° 08

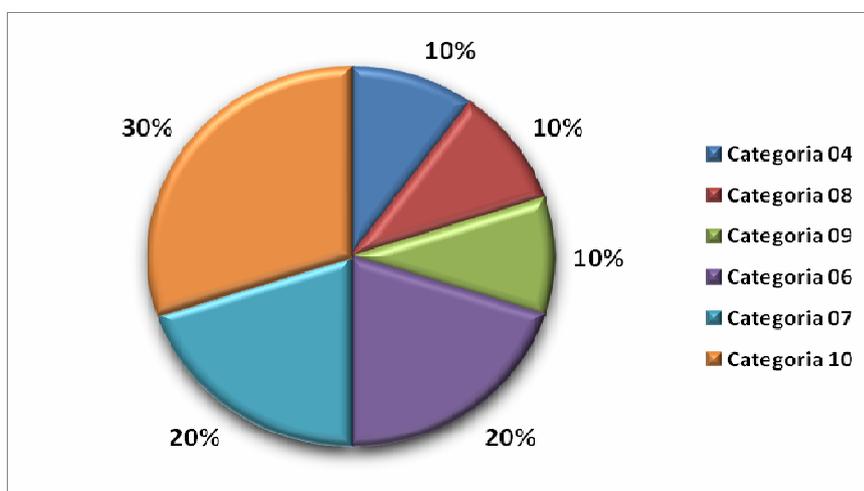
Compreensão da especificidade do papel ou função social da educação escolar



Em relação à compreensão da especificidade e do papel ou função social da educação escolar, 50% situou sua resposta na categoria 10; 30% na categoria 09; 10% na categoria 07 e 10% na categoria 08. Assim, observa-se que a grande maioria dos professores indica compreender essa questão. Considerando a importância de tal compreensão como um dos requisitos para uma ação docente comprometida com a efetivação dessa especificidade e função social da escola no interesse das camadas populares que buscam a escola pública brasileira, pode-se afirmar da relevância desse traço do perfil dos professores pesquisados.

GRÁFICO N° 09

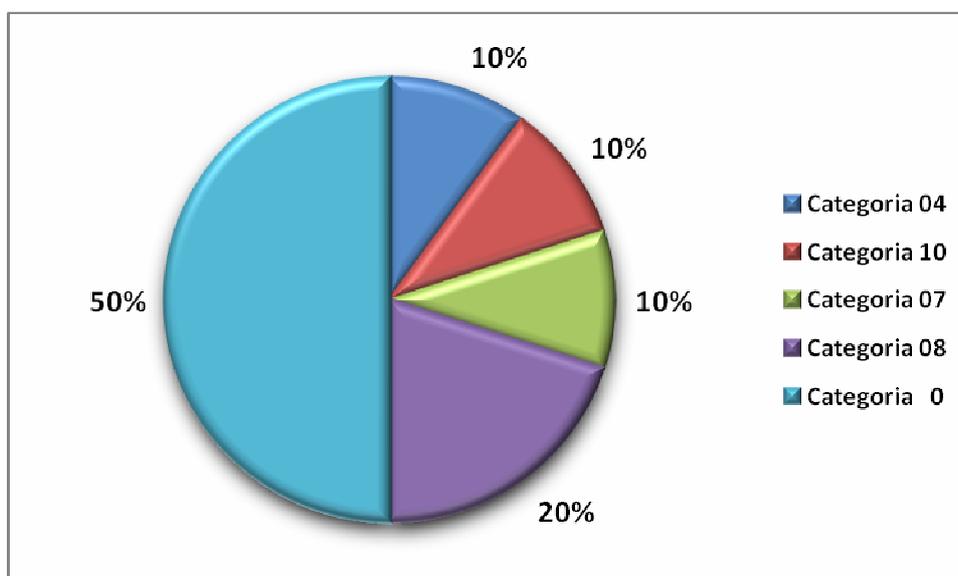
Inserção do professor na dinâmica da organização da escola



Quanto a inserção do professor na dinâmica da organização da escola, os professores situaram suas respostas da seguinte forma: 30% categoria 10; 10% na categoria 09; 10% na categoria 08; 20% na categoria 07; 20% na categoria 06 e 10% na categoria 04. Estes dados apontam para uma considerável ausência de participação dos professores na organização da escola, uma vez que, apenas a metade deles situa nas categorias mais desejáveis para um aspecto de tal importância.

GRÁFICO N° 10

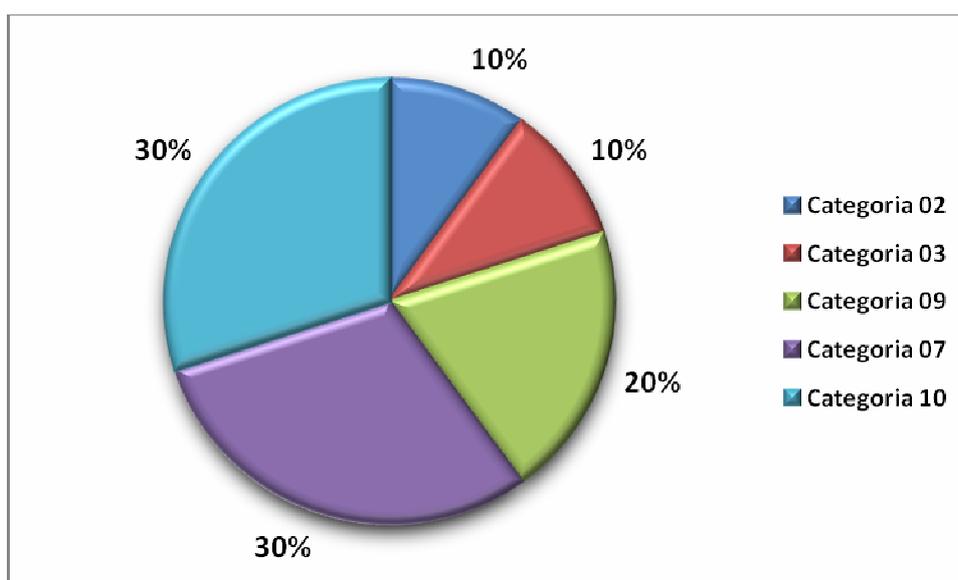
Nível de participação na elaboração e na implementação do Projeto-Político-Pedagógico da escola



Tratando-se do nível de participação na elaboração e na implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola, 50% apresentaram sua resposta na categoria 0, ou seja, não participam ou não participaram desta ação escolar; 10% na categoria 04; 10% na categoria 07; 20% na categoria 08 e apenas 10% na categoria 10. Destacando a grande quantidade de professores que afirmam não participarem da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola, é possível identificar um traço bastante desfavorável de seu perfil político-pedagógico, uma vez que essa participação é apontada na literatura como condição básica para a efetivação de uma escola democrática.

GRÁFICO N° 11

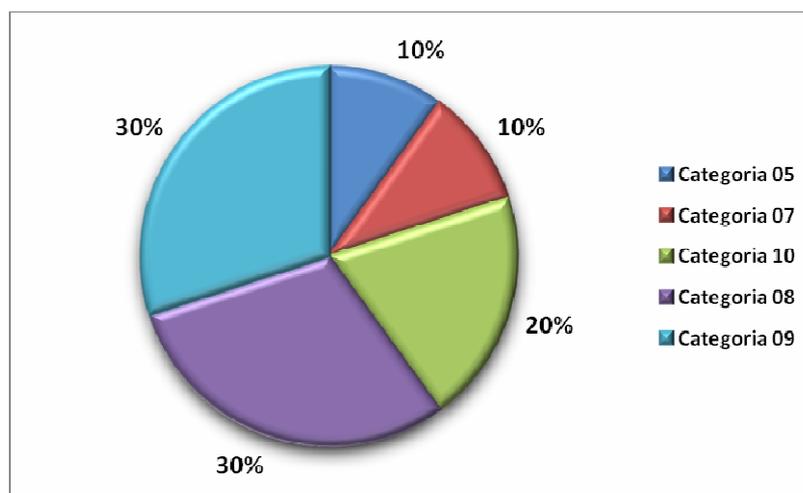
Qualidade do aproveitamento do horário de permanências para o aprimoramento da ação docente



No que diz respeito à qualidade do aproveitamento do horário de permanências para o aprimoramento da ação docente, 30% situaram-se na categoria 10; 20% na categoria 09; 30% na categoria 07; 10% na categoria 03 e 10% na categoria 02. Ou seja, a grande maioria dos professores respondeu que há um bom aproveitamento das permanências. Esse é um aspecto bastante interessante e que abre possibilidades para o encaminhamento da questão da participação e para a articulação de trabalhos numa perspectiva coletiva.

GRÁFICO Nº 12

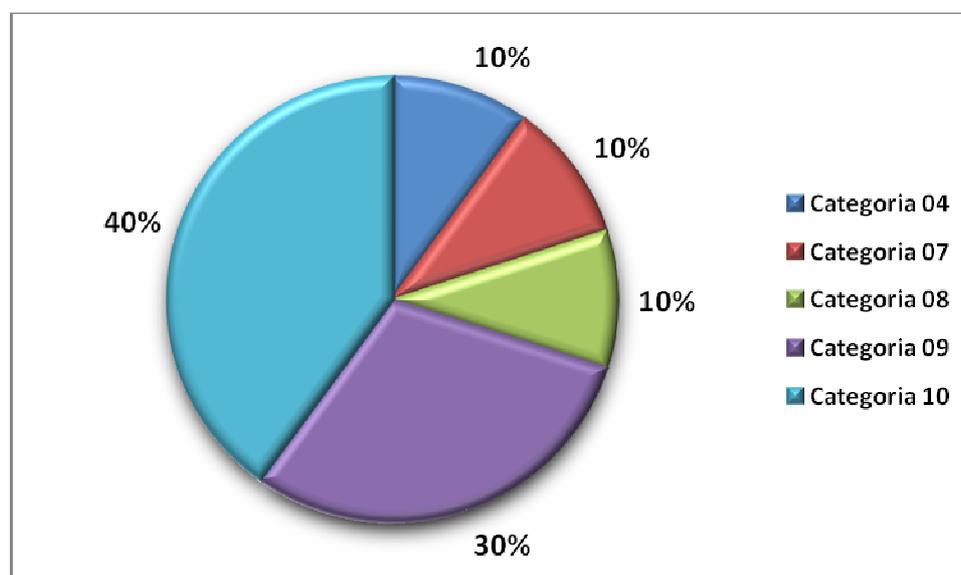
Qualidade da relação professor-aluno em sala de aula



Quanto ao aspecto da qualidade da relação professor-aluno, 30% situaram na categoria 9; 30% na categoria 08; 20% na categoria 10; 10% na categoria 07 e 10% na categoria 05 o que sugere uma percepção bastante positiva da qualidade dessa relação.

GRÁFICO Nº 13

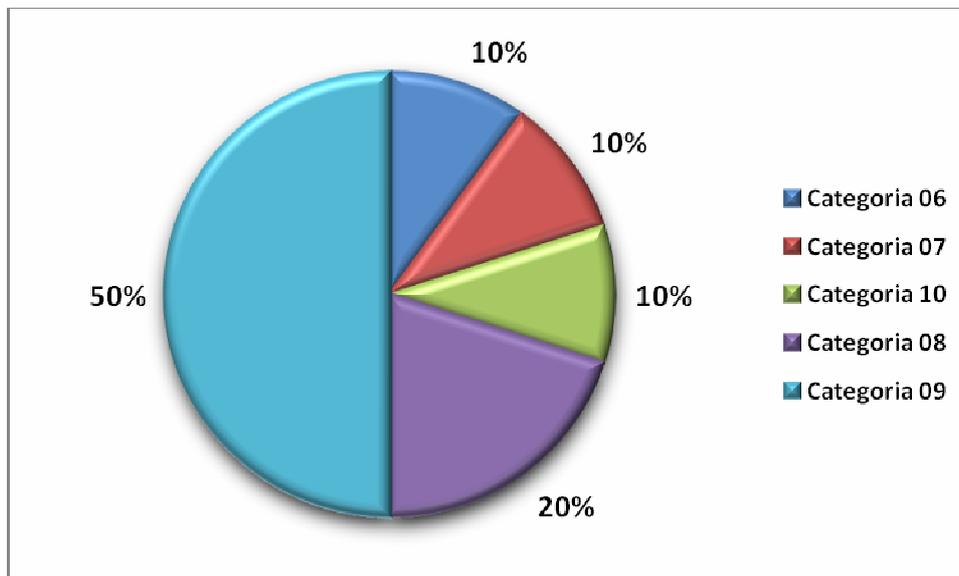
Nível de envolvimento ou compromisso com o êxito escolar dos alunos



À boa relação com os alunos esses professores apresentam uma percepção também bastante positiva em relação ao seu nível de envolvimento ou compromisso com o êxito escolar dos alunos, que 40% situou na categoria 10; 30% na categoria 09 e 10% na categoria 08, ou seja, apenas uma minoria se situa nos níveis mais baixos em relação a esse envolvimento. Aqui se tem um traço essencial do perfil de professores engajados com a qualidade de ensino que interessa às classes populares presentes na escola.

GRÁFICO N° 14

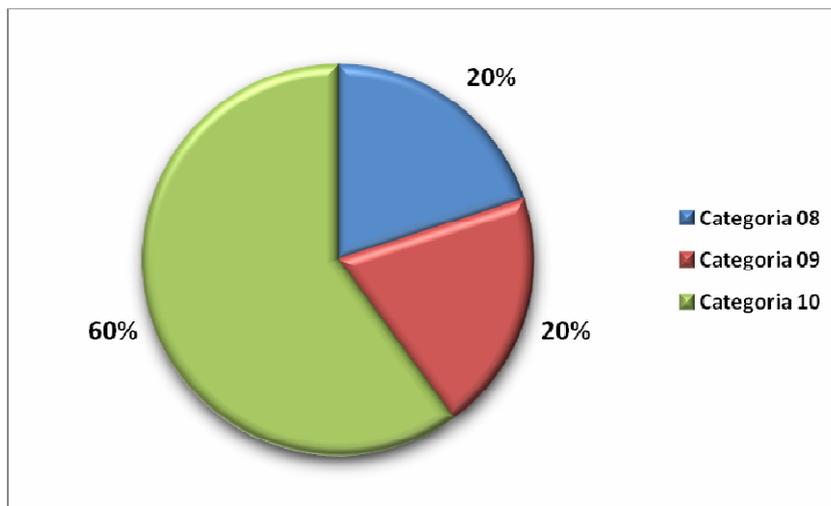
Nível da autoridade em sala de aula



Em relação ao nível de autoridade perante os alunos, 50% dos professores situaram na categoria 09; 20% na categoria 08; 10% na categoria 10; 10% na categoria 07 e 10% na categoria 06. Foi possível perceber, que a grande maioria os professores percebe como muito bom o nível de autoridade em sala de aula e esse se constitui em um traço essencial do perfil de um professor comprometido com a permanência e com o êxito escolar de seus alunos.

GRÁFICO N° 15

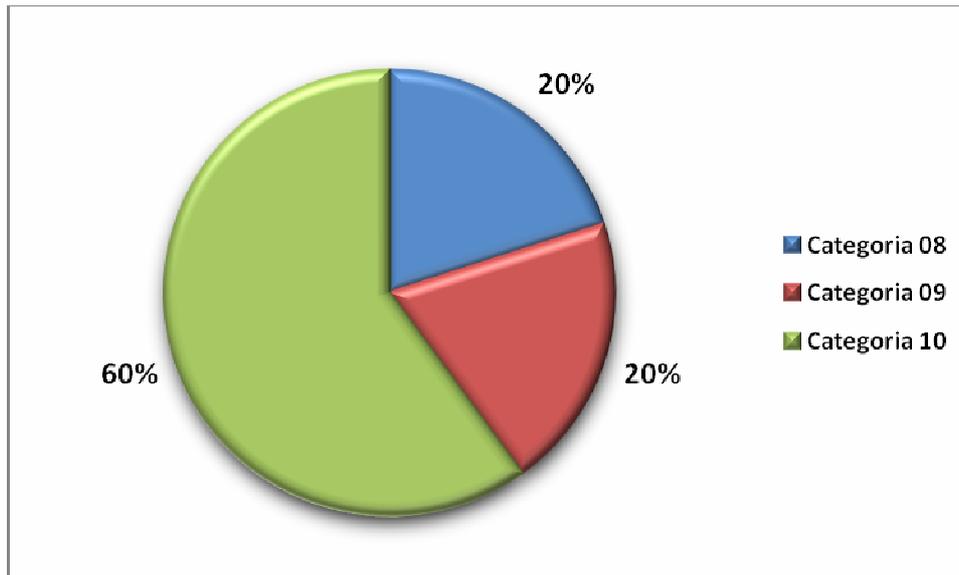
Grau de importância que atribui à relação professor-aluno para o êxito do processo de ensino-aprendizagem



Ao serem analisadas as respostas do questionário sobre o grau de importância que atribui à relação professor-aluno para o êxito do processo de ensino-aprendizagem, constatou-se que 60% acreditam e ressaltam a importância dessa relação e os demais professores também a valorizam bastante, situando, 20% deles na categoria 09 e 20% na categoria 08. Nota-se, aqui, além da coerência com outros traços já apontados, mais um aspecto de suma importância percebido como favorável no perfil desses professores, ao destacarem sua compreensão e valorização quanto a importância do olhar do professor no que diz respeito à relação professor-aluno, o que, certamente, influenciará diretamente no sucesso e bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.

GRÁFICO N° 16

Grau de importância que atribui ao trabalho coletivo no âmbito escolar



Sobre o grau de importância atribuída ao trabalho coletivo no âmbito escolar, os professores situaram suas respostas da seguinte maneira: 60% na categoria 10; 20% na categoria 09 e 20% na categoria 08, compondo, assim, um percentual significativo de professores, se não a totalidade dos participantes da pesquisa, que afirma a valorização da participação coletiva atribuindo uma importância expressiva a esta ação essencial no espaço escolar, não obstante a discrepância em relação aos dados relativos à participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da escola, uma vez que de acordo com as respostas obtidas e ilustradas no gráfico 10, os professores deixam claro a não participação em uma das ações mais importantes da escola, a elaboração do projeto político-pedagógico.

A partir da discussão do problema levantado, em que professores tem de enfrentar cotidianamente, em sala de aula, diversas questões permeiam a sua prática pedagógica. A pesquisadora havia levantado diversas hipóteses: como indisciplina, carência de atenção por parte dos alunos, falta de material, ausência paterna e materna e da base estrutural de uma família. Com a aplicação dos questionários, análise dos gráficos e percentuais apresentados no relatório da

pesquisa, foi possível detectar aspectos bastante elucidativos em relação ao problema em questão.

Assim, os dados analisados permitiram explicar e melhor compreender a inquietação e insatisfação dos professores quanto à qualidade das relações que a professora e suas colegas têm com seus alunos e o desgaste da vivência constante de cobranças e pressões por melhores resultados no processo ensino-aprendizagem. Os professores justificaram por escrito ao lado de todas as questões que se identificam com a profissão, levando em conta as recompensas pessoais ao ver os avanços dos seus alunos. Logo, explicam que é extremamente necessário haver esta identificação para gerar o comprometimento e prazer no trabalho docente e enfrentar os desafios que permeiam esta prática. Mostram em suas justificativas, a preocupação com a carência que os alunos demonstram ao chamar atenção dos colegas e professores, considerando este fato como uma das conseqüências de pertencerem a famílias desestruturadas e que não conseguem dar a devida atenção aos seus filhos. Segundo os professores, estes aspectos geram o mau comportamento dos alunos, falta de concentração para as explicações da professora e realização das atividades. Implicando assim, na dificuldade do processo de ensino-aprendizagem.

Os dados de caracterização dos respondentes, bem como a parte aberta presentes nos questionários permitiram algumas constatações adicionais e relevantes para o presente estudo como: visualizar as visões e concepções pedagógicas de professores que cursaram o curso de Pedagogia e de áreas específicas; diferença expressiva das respostas dos professores com mais tempo de profissão e atuação na rede pública em relação às daqueles que tem menos de 2 anos na escola pública: profissionais recém formados que têm vindo com outras concepções e ânimo para atuar em sala de aula. Pode-se perceber que os profissionais com formação em Pedagogia tem suas preocupações voltadas para a organização do trabalho pedagógico da escola; satisfação ou não com a dinâmica da escola baseada no projeto-político-pedagógico que muitos não o conhecem. Os professores formados em áreas específicas, em suas justificativas, tem seu olhar voltado para aprendizagem e autoridade em sala de aula. Acredita-se que, ambos os olhares deveriam caminhar juntos rumo a garantir a efetivação da função social da escola. A diferença expressivamente qualitativa das respostas dos professores que possuem mais tempo na rede pública, pode ser associada à experiência que os

mesmos adquiriram ao longo dos anos. Estes tiveram a oportunidade de vivenciar projetos na escola, diferentes gestões e de ampliação de seu conhecimento da caracterização da comunidade escolar que lhes permita maiores acertos no sentido de engendrar sua presença e envolvimento nas atividades da escola.

Constatou-se, que os professores na sua grande maioria reconhecem a importância da formação continuada com o objetivo de aprimorar-se na sua ação docente. Mas, em contra partida, um número expressivo mostrou que não se identifica muito com esta profissão. Logo, o nível de compromisso político-pedagógico como profissional da educação poderia ser maior. Considerando que este deveria ser o norte do trabalho do docente.

Nas questões relacionadas ao envolvimento e participação dos professores na organização do trabalho pedagógico, os gráficos mostraram que a grande maioria possui uma boa relação com os demais professores da escola. Justificaram que a trocas de experiências, planejamentos e atividades enriquece o trabalho de todos. Mas, o nível deste envolvimento não se estende à organização e dinâmica da escola. Pois, afirmam que não possuem uma abertura favorável às novas ideias, ou auxiliam somente quando necessário e até mesmo, cumprem o que é solicitado sem questionamentos.

Quanto à elaboração e implementação do Projeto-Político-Pedagógico, os dados verificados são expressivos e preocupantes: a grande maioria dos profissionais com pouco tempo na rede pública, afirma que não teve acesso a este documento. Já os professores que afirmaram participação na elaboração e discussão das questões pedagógicas, possuem mais tempo na rede pública, porém afirmam que deveria ser reformulado com mais frequência.

No que diz respeito ao nível da qualidade da relação professor-aluno, os gráficos apresentaram diferenças entre alguns professores. Uns disseram que possuem um bom relacionamento, justificando que acreditam na importância de procurar momentos significativos e interessantes para os alunos, interessar-se pelas histórias e cotidiano deles, preparando uma aula que os aproxime do professor. Porém, professores que situaram este aspecto na categoria menor que 7, justificaram da seguinte forma: um número elevado de alunos por sala e a falta de respeito ao papel do professor, prejudicam a relação entre professor-aluno.

Verificou-se que, o nível de envolvimento ou compromisso com o êxito escolar de seus alunos, apresenta certo grau de discrepância em relação à percepção

quanto ao papel do professor e à função social da escola, considerando a parcela de professores que apontou um nível de comprometimento baixo e médio em relação ao êxito escolar dos alunos.

Há que aprofundar com os professores, numa perspectiva coletiva acerca de sua função em sala de aula, à luz de seu compromisso com a efetivação da função social da escola. Ensinar, promover a aprendizagem, promover a emancipação, preocupar-se com o êxito escolar dos alunos são várias facetas do exercício dessa efetivação. Mas, isto só ocorrerá quando o professor se apresentar comprometido. Alguns professores, justificaram as categorias que apontaram, reconhecendo que deveria ser total, mas, na medida do possível, procuram fazer o máximo que lhes compete, procurando alcançar o ensino significativo e compreendendo o quanto é gratificante perceber o progresso dos alunos.

Em relação à autoridade em sala de aula, pode-se observar no gráfico, a expressividade dos professores que afirmam que possuem autoridade. Afirmam que é fundamental ter autoridade em sala de aula e que se faz necessário, ser cuidadoso para não confundir com autoritarismo. Questionam vários aspectos ligados ao exercício dessa autoridade como: quantidade de alunos, o risco de os alunos não reconhecerem o professor como autoridade em sala de aula por não saberem diferenciar afeto e respeito do professor o que, afirmam, representa dificuldades com alguns alunos.

No que diz respeito à importância da relação professor-aluno para o êxito no processo de ensino-aprendizagem, os professores demonstraram em suas respostas, que reconhecem esta importância e a relação existente entre estes dois aspectos. Afirmam que a boa relação professor-aluno, certamente levará ao sucesso de ambas as partes. O comprometimento do profissional, a formação de vínculos, a empatia entre professor e aluno, as trocas de experiências e conhecimentos entre eles, aumentará assim a autoestima do aluno, ajudando-o significativamente no seu processo de aprendizagem, pois este se sentirá mais seguro para conquistar o êxito escolar.

O trabalho coletivo no âmbito escolar é bem visto pela grande maioria dos professores. Eles afirmam que, decisões tomadas coletivamente serão mais facilmente consolidadas. Objetivos traçados juntos terão maior probabilidade de serem alcançados. Consideram o trabalho em equipe primordial para o sucesso, pois oportunizará momentos de trocas de experiências, trabalhos e ideias. E, diante

de problemas e desafios, diferentes olhares e opiniões fortalecerão uma possível sugestão para solução.

Por fim, a questão aberta sobre qual é o principal compromisso como professor retratou diversos posicionamentos resumidos a seguir: possibilitar que os alunos adquiram e dominem a cultura erudita e o conhecimento científico através do desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, formando cidadãos com pensamento crítico e atitude transformadora; formar indivíduos críticos e responsáveis; compromisso político e social; acreditar no potencial de cada aluno; estimular a autonomia dos alunos e ajudar a construir uma sociedade mais igualitária e justa.

Considerando, todas as análises realizadas a partir das questões a respeito do perfil político-pedagógico dos professores, notou-se que os mesmos, compreendem a função social da escola e da sua importância no espaço escolar. Logo, em meio a muitas questões que norteiam o problema da pesquisa, é que eles sentem dificuldades em colocar em prática a teoria em que acreditam. A dificuldade de se colocar como autoridade em sala de aula, conquistar o respeito dos alunos, faz com que a relação entre professor-aluno fique estreita, levando-os muitas vezes a distanciar-se. Não participando plenamente da organização pedagógica da escola e não compreendendo plenamente a visão da instituição em que atuam, acabam por efetivar os avanços, que muitas vezes buscam, no processo de relação professor-aluno e conseqüentemente no progresso do êxito escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou compreender o perfil político-pedagógico do professor e a qualidade de sua relação com o aluno, por meio de um estudo exploratório.

Para melhor compreender o perfil político-pedagógico dos professores, foi importante realizar a análise do PPP da instituição pesquisada e aplicar os questionários aos professores. A análise documental do PPP contribuiu para compreender a concepção de educação e formação dos alunos desta instituição. Foi possível constatar que a organização do trabalho pedagógico é voltada à concepção histórico-crítica de educação e visa a formação integral do aluno. E mais do que isso, que a instituição considera fundamental o trabalho da equipe pedagógica, articulando, socializando e construindo os diferentes saberes docentes, tendo como objeto a elaboração e implementação do PPP, tendo como questão nuclear a organização do currículo escolar. O questionário foi aplicado a 10 dos 15 professores da instituição que aceitaram respondê-lo.

À luz da revisão teórica acerca da temática foram realizados levantamentos e sistematização de dados que permitiram traçar o perfil político-pedagógico do professor de uma instituição da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, do ponto de vista deles próprios, por meio de questionário que abordou os seguintes aspectos: qualidade da formação acadêmica; importância da formação continuada; qualidade da relação com os alunos; compromisso como profissional da educação; identificação com a profissão; relação com os demais professores da escola; compreensão da especificidade do papel ou função social da escola; inserção na dinâmica da organização da escola; nível de participação na formulação do Projeto Político-Pedagógico da escola; qualidade do aproveitamento das permanências para planejamento de aulas; nível de envolvimento emocional com os alunos; nível de autoridade em sala de aula; grau de importância atribuída à qualidade da relação professor-aluno para o processo de ensino-aprendizagem e envolvimento com o êxito do processo de ensino-aprendizagem.

Os dados coletados mostram algumas semelhanças da percepção dos docentes em relação a alguns aspectos como: valorização da formação continuada boa relação com os demais professores da escola, e qualidade de aproveitamento do horário das permanências. Mas, no que diz respeito às questões de natureza

mais especificamente político-pedagógicas da escola, a pesquisa mostrou diferenças de visões, conceitos e diferentes níveis de comprometimento existente entre os professores pesquisados. Os seguintes aspectos permitiram uma análise com resultados expressivamente positivos: compreensão da função social da escola, nível de compromisso político-pedagógico como profissional da educação, qualidade da relação professor-aluno em sala de aula e nível de envolvimento e compromisso com o êxito escolar de seus alunos.

Pode-se perceber pelos comentários adicionais dos professores, a necessidade de implementar suas convicções pedagógicas que, muitas vezes não se efetivam na prática cotidiana da sala de aula de alguns dos docentes, por diversos motivos, ou ocorrem de maneira insuficiente, o que, certamente, acaba por comprometer o êxito escolar dos alunos das camadas populares que constituem, atualmente no Brasil, a imensa maioria dos estudantes presentes na escola pública.

Enfim, pode-se afirmar que o trabalho apontou para um perfil político - pedagógico bastante favorável na percepção desses professores, porém, em contrapartida, para a necessidade de aprimoramento de sua participação na prática social que ocorre na escola na direção da efetivação de uma perspectiva de trabalho coletivo que articule os saberes dos sujeitos em relação a essa prática; suas questões, dificuldades e acertos. Neste sentido, importante destacar as possibilidades da equipe pedagógica da escola no processo de aglutinar os docentes com suas peculiaridades em termos de formação e experiência.

Diante da análise dos dados à luz do embasamento teórico, conclui-se que para se obter avanços no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, se faz necessário que o professor busque se posicionar de maneira que estabeleça uma boa relação com seu aluno. A qualidade desta relação auxiliará na construção do conhecimento. Mas, para que o professor se conscientize desta ação, primeiramente, a escola e os profissionais que fazem parte da instituição, devem caminhar juntos num trabalho coletivo e participativo, no qual a comunidade escolar em sua totalidade, seja assegurada na participação das decisões e discussões. A partir disto, espera-se a adesão dos familiares que, gradativamente, poderão ser estimulados a fazer parte da escola, auxiliando significativamente na aprendizagem e envolvimento dos alunos com os estudos.

Enfim, pode-se afirmar a relevância do trabalho de pesquisa realizado como fundamental e muito gratificante para a formação acadêmica e profissional da

pesquisadora, pela ampliação da compreensão acerca das dificuldades em sala de aula, da importância do trabalho coletivo no espaço escolar e da necessidade de se aprofundarem, nessa perspectiva coletiva, as discussões e debates das questões político-pedagógicas da escola. Sobretudo, da experiência de pesquisa emergiram, além da possibilidade de novas ações na busca de superação das dificuldades estudadas, outras problemáticas ou a necessidade de aprofundamento de questões tratadas ou levantadas, no âmbito de novos estudos.

ANEXOS

ANEXO I

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico:
a Relação entre Escola Pública e Educação Popular

Este questionário faz parte do trabalho de conclusão de curso de especialização – OTP – Organização do Trabalho Pedagógico – Relação escola pública e educação popular – UFPR, da aluna Amanda Tracz Pereira. Sua resposta sincera e consciente é de extrema importância. Não se faz necessário identificar-se.

1. *Sexo: Feminino () Masculino ()
2. *Tempo de atuação como professor da rede pública: _____
3. *Tempo de atuação como professor(a): _____
4. *Formação _____ acadêmica:

5. Em cada um dos itens a seguir, assinale uma das categorias, de 0 a 10, conforme sua apreciação quanto a cada um dos aspectos.

1	A qualidade da sua formação acadêmica.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2	Importância da formação continuada dos professores.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3	Seu compromisso como profissional da educação.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4	Identificação com sua profissão.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5	Sua relação com os demais professores da escola.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
6	Compreensão da especificidade do papel ou função social da escola.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7	Sua inserção na dinâmica da organização da escola.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

8	Nível da sua participação no Projeto-Político-Pedagógico da escola em que você atua.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
9	Aproveitamento das permanências para planejamento de aulas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10	Qualidade da sua relação com seus alunos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

11	Nível de envolvimento emocional com seus alunos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
12	Nível da sua autoridade em sala de aula.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
13	Grau de importância de uma boa relação professor-aluno para o processo de ensino-aprendizagem?	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
14	Preocupação quanto ao êxito do processo de ensino-aprendizagem dos seus alunos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

15. Você considera que o professor que tem uma boa relação professor-aluno, obterá melhores resultados quanto ao êxito e qualidade do processo ensino-aprendizagem da turma? Justifique.

16. Como você resumiria seu principal compromisso como professor? Explique.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.C. **O professor universitário em sala de aula: prática e princípios teóricos.** 8 ed. São Paulo: MG Ed. Associados, 1990.

AQUINO, J.P. **Confrontos na sala de aula – uma leitura institucional da relação professor-aluno.** São Paulo: Summus editorial. 1996

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação.** (Coleção Primeiros Passos) 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRASIL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação: Lei 9.394/96** / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury; edição e notas Antonio de Paulo. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

GADOTTI, M. **Educação e poder: Introdução a pedagogia do conflito.** – 12 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio civilização Brasileira. 1968, p.7.

LIBÂNEO, J.C. **Democratização da escola pública.** 13ª Ed. São Paulo, Loyola, 1985.

_____. (et al). PIMENTA, Selma Garrido (coord.). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1996.

MARX, K. **A Ideologia alemã e Outros Escritos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci.** Porto Alegre: 1992, Editora Artes Médicas Sul.

PIAGET, J.N.C. **Teorias da linguagem teorias da aprendizagem.** Edições 70: Lisboa, 1978.

REVISTA HISTEDBR N-LINE. Campinas n.20 p.86-93- dez. 2005

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

VASCONCELLOS, C.S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do projeto político ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977